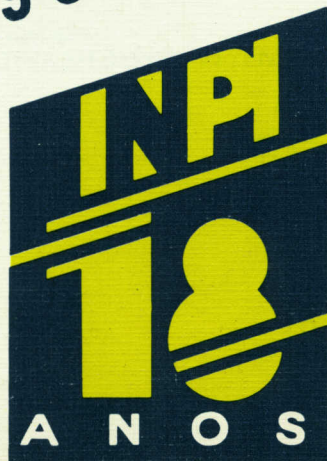


INPI INSTITUTO
NACIONAL
DA PROPRIEDADE
INDUSTRIAL

**RELATÓRIO
DE ATIVIDADES
1 · 9 · 8 · 8**

Panorama dos últimos dez anos
1979 - 1988



CONTEÚDO

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Presidente: JOSÉ SARNEY

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Ministro: ROBERTO CARDOSO ALVES

Secretário-Geral: LUIZ ANDRÉ RICO VICENTE

INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

Presidente:
MAURO FERNANDO MARIA ARRUDA

Chefe de Gabinete:
NELSON FAGUNDES DE MELLO

Procurador Geral:
OSWALDO LINO SOARES

Coordenador Técnico de Instrução de Recursos:
EDSON DA COSTA LOBO

Coordenador de Intercâmbio e Assuntos
Internacionais:
MANUEL EDMILSON DO NASCIMENTO

Assessor de Comunicação Social:
WILSON THIMOTEO JR.

Diretora de Patentes:
MARIA MARGARIDA R. MITTELBACH

Diretora de Marcas:
SONIA RIBEIRO MAIA

Diretor de Contratos de Transferência de Tecnologia
e Correlatos:
ROBERTO VIEGAS REIS

Diretor de Documentação e Informação Tecnológica:
CLAUDIO ROSEMBERG TREIGUER

Coordenador de Planejamento:
EMANUEL DE MELO VIEIRA

Diretora de Pessoal:
SUELY MACHADO RICCI

Diretor de Administração:
EDUARDO ANTONIO SEGUI SILBERT

Diretora de Finanças:
MARIA CRISTINA MEDEIROS REZENDE

RL
347.77(81)(6)
1382R
1988

1. SUMÁRIO

CONTEÚDO

1 - SUMÁRIO	5
2 - PRINCÍPIOS BÁSICOS	8
3 - ATUAÇÃO DAS ÁREAS-FIM	10
3.1. Diretoria de Marcas - DIRMA	10
3.2. Diretoria de Contratos de Transferência de Tecnologia e Correlatos - DIRCO	13
3.3. Centro de Documentação e Informação Tecnológica-CEDIN	19
3.4. Diretoria de Patentes - DIRPA	23
3.5. Diretoria de Registro de Programas de Computador	29
4 - PROGRAMAS ESPECIAIS	30
4.1. Fornecimento Automático de Informação Tecnológica - PROFINT	30
4.2. Promoção ao Patenteamento - PROMOPAT	30
4.3. Acompanhamento da Evolução Técnica na Indústria - PROATEC	31
4.4. Tecnologias Avançadas: Materiais - PROTAM	32
4.5. Incentivo ao Comércio de Tecnologia Nacional Patenteada - PROCOMTEC	33
4.6. Interiorização	33
5 - ASSISTÊNCIA DIRETA À PRESIDÊNCIA	35
5.1. Coordenadoria de Intercâmbio e Assuntos Internacionais - CINAI	35
5.2. Coordenadoria de Planejamento - CPLAN	36
5.3. Auditoria Interna	37
5.4. Núcleo de Estudos de Política Industrial e de Comércio de Tecnologia - NÚCLEO	38
5.5. Assessoria de Comunicação Social - ACS.....	38
6 - ATUAÇÃO DAS ÁREAS-MEIO	40
6.1. Departamento de Finanças - DEFIN	40
6.2. Departamento de Pessoal - DEPES	42
6.3. Departamento de Administração - DEPAD	43

1. SUMÁRIO

No exercício de 1988, os diversos setores do INPI tiveram um desempenho altamente satisfatório, como resultado de medidas de reorganização e agilização de seus serviços, decorrentes dos princípios básicos que vêm norteando a Administração do órgão.

A Diretoria de Marcas decidiu 123.173 pedidos de registro - 82% do estoque a decidir e 61% a mais do que em 1987 - o que constitui o recorde absoluto de desempenho em toda a história dessa Diretoria.

A Diretoria de Contratos de Transferência de Tecnologia e Correlatos teve também uma atuação superior à de 1987. Foram decididos 2.025 processos, restando em análise, no final do ano, apenas 199 - o que corresponde a menos do que a média mensal de entrada de processos - quando em 1987 restaram em análise 442 processos.

O Centro de Documentação e Informação Tecnológica, em sua área de atuação mais significativa, que é o fornecimento de cópias de documentos de patentes ao empresariado, institutos de pesquisas e usuários avulsos, apresentou em 1988 um aumento de 8% em relação a 1987, tendo fornecido este ano 293.490 cópias de patentes, contra 272.548 no ano anterior. Em 1984 esse fornecimento tinha sido de apenas 54.390. O Programa de Fornecimento Automático de Informação Tecnológica - PROFINT, que é a maior atividade na área de disseminação de informação técnica, sendo a principal causa desse aumento, cresceu em 1988 23% em relação a 1987. Em comparação com 1985, quando o PROFINT teve início, o aumento foi de 704%.

A Diretoria de Patentes alcançou resultados também satisfatórios, aumentando sua produção em 32% em relação a 1987. Foram decididos 11.772 pedidos de patentes neste exercício contra 8.925 no anterior. Desta forma vem recuperando sua produção, que em 1989 deverá chegar a 15.000 decisões.

Foi instituída no final de dezembro de 1988 a Diretoria de Registro de Programas de Computador, que ainda não tem resultados a relatar.

Os Programas Especiais do INPI, que visam colocar à disposição do setor produtivo as possibilidades oferecidas pelo sistema de propriedade industrial em prol do desenvolvimento tecnológico, tiveram atuação relevante, particularmente no que se refere à maior e melhor utilização da informação tecnológica, e do subsistema de patentes, em especial com relação às tecnologias de ponta.

A atuação do INPI, assim, vem correspondendo à nova Política Industrial, sendo um de seus principais instrumentos particularmente no campo da transferência de tecnologia.

Esta atuação compreende também ações no campo externo, desenvolvidas de maneira altamente efetiva pela Coordenadoria de Intercâmbio e Assuntos Internacionais. Destaca-se neste particular a defesa dos interesses brasileiros dentro do sistema internacional de propriedade intelectual com relação às tecnologias de ponta - em especial a questão de circuitos integrados, biotecnologia e novos materiais.

O INPI, desta forma, deixa de ser um órgão exclusivamente cartorial para tomar parte ativa no desenvolvimento tecnológico industrial do País.

Cabe ressaltar, ainda, o desempenho das atividades de O & M, sob a responsabilidade da Coordenadoria de Planejamento, visando a reforma administrativa. Desta atuação, em conjunto com a Assessoria de Informática, resultaram alterações em procedimentos que permitiram maior agilização e eficiência nos serviços da Autarquia.

Os resultados financeiros deste ano acusam um crescimento da receita de 28,3% em relação a 1987 (cálculo da receita com base na sua conversão mensal em OTNs). Este aumento da receita pode ser atribuído, em parte, à maior eficiência dos serviços prestados.

Foi possível, assim, a realização dos investimentos previstos no plano de informatização do

órgão, incluindo a aquisição de micro-computadores e periféricos, e o treinamento de pessoal na sua utilização.

Por outro lado, deu-se continuidade às obras de reforma do edifício-sede, tendo em vista, particularmente a segurança física dos servidores e usuários, com efetivas medidas de alarme, combate e fuga em caso de incêndio.

No que concerne aos recursos humanos, a política seguida pela administração teve em vista o aperfeiçoamento do corpo técnico, através de treinamento específico, e a compatibilização da remuneração, resultando em acréscimos reais nos níveis salariais.

Os resultados alcançados pelo INPI decorrem de um conjunto de Princípios Básicos que nortearam a sua atuação.

SUMMARY

Along 1988, the different sectors of the Brazilian National Institute of Industrial Property - INPI, attained a highly favorable performance, as a result of reorganization measures aimed at the streamlining and agilization of its services, in compliance with the basic principles adopted as a guidance by the administration.

The Trademark Directorate analyzed and decided on 123,173 applications - 82% of the total existing stock-pile, or 61% more than in the previous year - which sets up an absolute performance record in the history of this sector.

The Technology Transfer Directorate also established higher levels of performance as compared to 1987: 2,025 technology transfer contracts were processed. Only 199 contracts remained pending decision at the end of the year - which is less than the monthly average of new contracts filed for analysis. This is significant when compared with the 442 contracts pending examination in the end of 1987.

The Documentation and Technological Information Center, the most important service of which is providing copies of patent documents to industry, research institutes and the general public, had this activity increased by 8% as compared to 1987, furnishing 293,490 copies (in 1987 the center furnished 272,548 copies). In 1984, only 54,390 copies were provided. The Center runs also the Program called Automatic Rendering of Technological Information - which in INPI constitutes by itself the largest activity in the dissemination of technical information - increased 23% in 1988 in relation to 1987. This program was first launched in 1984. It's growth since then was 704%.

The Patent Directorate had also satisfactory results in 1988, with a growth of 32%, compared with 1987. A total of 11,772 patent applications were object of a final decision, against 8,925 in 1987, thus recovering its performance rate of previous years, pointing out to 15,000 decisions in 1989.

The Software Registry Directorate was established by the end of 1988, and has no results do report this far.

The Special Programs of INPI, aimed at making available to the productive sector the possibilities offered by the Industrial Property System to enhance technological development, had outstanding performances, particularly in connection with a better utilization of technological information contained in patent documents, chiefly those related to advanced technologies.

Such performance, therefore, places INPI entirely within the scopes of the New Industrial Policy, being thus one of its main instruments, particularly in the field of technology transfer.

INPI also acts in the international field in a highly effective manner through its Coordination for Exchange and International Relations. The main actions in this area consist in looking for Brazil interests related to the Intellectual Property System at international level, particularly in connection with emerging new technologies - mainly the fields of integrated circuits, bio-technology and new materials.

This way, INPI, departs from its limited role of a national registry for patents and trademarks, taking an active part in the on-going process of technological and industrial development in Brazil.

It should also be emphasised the development of O & M activities, under the guidance of the Coordination for Planning, aimed at the administrative streamlining of INPI. As a result of this activity, in conjunction with the Informatics Advisory Board, several changes have been introduced in administrative procedures which resulted in greater speed and efficiency of INPI's services.

The financial performance in 1988 shows a growth of 28.3% in income in relation to 1987. This income increase can be, to some extent, attributed to the higher efficiency of its services.

It was thus possible to effect the planned investments in the automation of INPI's activities, including the acquisition of micro-computers and peripherals as well as the training of personnel thereof.

On the other hand, the restoration of INPI's headquarters, in Rio, were continued with particular emphasis on personal security of staff and users, as well as the introduction of effective fire control and alarm measures including an external fire escape ladder.

Finally, in the field of human resources, the administration developed a policy for the professional improvement of INPI's technical staff, mainly through recycling and up-dating training. Also, a better wage policy was followed in order to attain real improvement in wage levels.

INPI's positive record shown above, derived from a number of basic principles that set the course for its administration.

2. PRINCÍPIOS BÁSICOS

A administração do INPI iniciada em março de 1985, estabeleceu de imediato um plano de atuação calçado em certos princípios básicos voltados para a melhor adequação do órgão à conjuntura econômico-industrial do País e às tendências do desenvolvimento tecnológico em âmbito mundial, as quais se faziam sentir de forma acentuada e irreversível, com reflexos incontornáveis nos países do Terceiro Mundo.

Os princípios básicos que nortearam a atuação do INPI a partir de então, se interrelacionam e são dependentes entre si, compreendendo todos os setores do órgão - tanto as áreas-fim quanto meio, inclusive as de assistência direta à Presidência.

A partir desses princípios gerais foram elaborados dois planos - um referente exclusivamente aos setores técnicos do INPI, denominado Plano de Ação Integrado das Áreas Tecnológicas (PAIAT), e outro de metas gerais, o Plano de Metas, compreendendo todos os setores do órgão, de maneira a harmonizar sua atuação e procedimentos.

O conjunto de ambos determinou reformas estruturais e operacionais, bem como a instituição de programas e projetos específicos com atividades e metas definidas.

A implantação e execução dessas atividades, iniciadas em 1985, são necessariamente de médio e longo prazos e, uma vez consolidadas, tornam-se permanentes, estendendo-se pelos anos subsequentes.

Por outro lado, alterações conjunturais no decorrer dos anos, limitações orçamentárias e insuficiência de recursos humanos, obrigaram a protelação ou alteração de alguns programas e metas. Além disso, tornou-se necessário instituir outros programas e projetos não previstos nos planos iniciais, mas que se impunham dentro dos princípios básicos estabelecidos pela administração.

2.1. Modernização

Descartorialização, desburocratização, desregulamentação, informatização e descentralização.

Os princípios básicos que pautaram a administração do INPI a partir de 1985, e que originaram os Planos de Ação e de Metas, compreendem um complexo de conceitos que levam a uma mudança de postura, da qual resultou a modernização do órgão.

Inicialmente, procurou-se substituir o conceito puramente cartorial, de registro de marcas, concessão de patentes, averbção de contratos de tecnologia e armazenamento da documentação de patentes, por um conceito mais amplo de aproveitamento do sistema de propriedade industrial e suas potencialidades em benefício do setor produtivo nacional, dando ao INPI um importante papel no desenvolvimento tecnológico-industrial do País.

Dentro deste conceito geral de descartorialização do órgão e adequação das suas atividades à realidade da conjuntura econômico-industrial, impunha-se a instituição de Programas e Projetos Especiais que levassem o empresariado a utilizar de maneira mais consciente e intensa o sistema de propriedade industrial. Estes programas compreendem a informação tecnológica, contatos diretos com empresas e institutos de pesquisas, apoio à inventiva nacional e outros.

A agilização dos serviços prestados pelo órgão a seus usuários, tem exigido a extinção de medidas de caráter essencialmente burocrático que em nada contribuem para sua eficiência, controle e segurança, mas, ao contrário, se constituem em entraves que retardam a operacionalidade e sobrecarregam o usuário com quesitos e exigências discutíveis. Isto levou à desburocratização de numerosas áreas, acompanhada da remoção de regulamentos (desregulamentação), desde que não ferisse a legislação vigente, válidos em outras épocas mas já hoje obsoletos e que persistiam mais por uma questão de tradição e hábito, do que por legítimo interesse do sistema e da comunidade.

A informatização de todas as áreas do INPI, que é um imperativo da modernização, vem sendo

tentada de longa data. Entretanto, a falta de técnicos desse campo no INPI e as restrições à contratação de especialistas, além da falta de capacidade de investimentos do órgão até 1987, retardaram sua estruturação. Com o retorno da capacidade de investimentos em 1988, a informatização de vários setores teve grande impulso e 1989 será o ano da sua consolidação, conforme recursos orçamentários já definidos.

Visando tornar mais fácil e menos dispendioso o acesso ao sistema de propriedade industrial, de empresários distantes da sede do INPI e de suas poucas Delegacias e Representações, decidiu-se pela descentralização, com a criação de novas Delegacias e Representações nas capitais e municípios onde a demanda pelos serviços do órgão apresentasse crescimento significativo. Além disso, serviços especiais, como a divulgação de informação tecnológica em campos específicos, passou a alcançar o setor produtivo nesses campos em suas áreas geográficas de atuação.

2.2. Acompanhamento das Tendências da Propriedade Intelectual e do Desenvolvimento Tecnológico e Industrial

Dado o seu campo específico de atividades, único no complexo governamental-econômico-tecnológico-industrial, o INPI deve ser também um órgão de análise e reflexão sobre a conjuntura e tendências da economia mundial, particularmente nos segmentos da tecnologia e da propriedade industrial e intelectual e seu desdobramento industrial. Neste sentido, o INPI passou a divulgar estudos e artigos de técnicos do órgão e de outros autores nacionais e estrangeiros. Para tanto instituiu o periódico trimestral "Panorama da Tecnologia", além de editar publicações avulsas sobre temas especiais e promover seminários internos, que se constituem em estímulos a debates e à reflexão. Estas atividades proporcionam à Direção do órgão uma visão geral e diagnósticos no contexto industrial, tecnológico e econômico em âmbito internacional, permitindo-lhe definir medidas adequadas, corrigir e aprimorar suas ações nos segmentos do comércio de tecnologia e da propriedade industrial, particularmente com referência às tecnologias de ponta. Estes estudos, transferidos pelas publicações aos setores competentes - governamentais e privados - constituem uma contribuição para a ocupação de espaços nas áreas industrial e tecnológica.

2.3. Desenvolvimento de Recursos Humanos

Para que fossem alcançadas as metas propostas dentro dos princípios básicos acima, tornava-se imperativo um corpo de pessoal quantitativamente suficiente, altamente qualificado e devidamente remunerado. Os recursos humanos adequados e estáveis constituem elemento-chave, sem o qual as atividades do órgão tornam-se atrofiadas e inoperantes. Assim, previu-se intenso treinamento e aperfeiçoamento técnico do pessoal disponível, bem como a admissão, quando possível e dentro de rigorosa seleção, de especialistas em áreas onde houvesse carência de pessoal, tanto de nível superior quanto médio.

Por outro lado, o aumento do salário-médio era um princípio de fundamental importância para concluir a política de pessoal.

2.4. Autonomia Financeira

A autonomia financeira do órgão é também um dos princípios fundamentais da administração. Tornar o INPI um órgão forte pressupõe essa autonomia a fim de que possa fazer os investimentos em instalações e equipamentos indispensáveis, dentro do programa de modernização previsto que inclui, além da informatização, microfilmagem e outros, a recuperação do edifício de maneira a proporcionar maior segurança e conforto aos servidores e usuários. Em 1988 esse objetivo foi alcançado, graças ao reajustamento dos preços dos seus serviços para níveis adequados e a uma política de aplicações financeiras de modo a reduzir as perdas do valor da moeda, como consequência da inflação elevada.

Por outro lado, o excelente desempenho das atribuições do órgão contribuiu de maneira altamente positiva para o crescimento da receita e, conseqüentemente, para a autonomia financeira almejada.

- finalização do sistema de localização física de processos em andamento, arquivados e microfilmados;
- computação gráfica para marcas figurativas;
- busca fonética, a exemplo do sistema empregado em outros países.

O sistema, a ser implantado através de microcomputadores, passará a ser operado diretamente pelos analistas de pedidos de registro de marcas, o que aumentará ainda mais a produtividade e a agilidade do setor.

3.1.2. Depósitos de Pedidos de Registro de Marcas

No decorrer de 1988 foram depositados 62.414 pedidos, o que representa 24% a menos do que em 1987, quando foram requeridos 81.642 registros, o maior número de pedidos de registros já feitos ao órgão em toda a sua existência.

O número de pedidos vinha se mantendo razoavelmente estável entre 1979 e 1983, passando a subir a partir de 1984. Esse crescimento acentuou-se em 1986 e 1987, para decrescer em 1988 (ver Tabelas I e II e Fig. 1). Comparando-se os dados de 1987 com os de 1979, verifica-se que o aumento de pedidos de registros de marcas nesses dez últimos anos foi de 111%. Entretanto, na relação 1979/1988, esse aumento foi de 62%, o que confirma que 1987 foi o ano em que se verificou, até o presente, o maior número de pedidos de registro de marcas no sistema de propriedade industrial no Brasil.

Cabe observar que, nos seis anos compreendidos entre 1979 e 1984 foram depositados 224.342 pedidos, ou seja, uma média de 37.390 por ano. No período seguinte (1985-1988), de apenas quatro anos, o total de depósitos foi de 277.464, ou uma média de 69.366 por ano, quase o dobro da média do período anterior (Tabela II e Fig. 2). Isto indica a grande carga de serviços que recaiu sobre a Diretoria de Marcas a partir de 1985.

3.1.3. Desempenho

Em virtude do súbito aumento de pedidos de registro de marcas, particularmente em 1986 e 1987, com reflexos em 1988, a Diretoria teve que se adaptar rapidamente para enfrentar o desafio. O conjunto de medidas de modernização postas em prática, mencionadas anteriormente, resultaram em um excelente desempenho em 1988.

Conforme indicado na Tabela I, os pedidos entrados em 1988 (62.414) somados aos 88.636 pendentes dos exercícios anteriores, totalizaram 151.050 pedidos a serem resolvidos no exercício. Essas decisões chegaram a 123.173, ou seja, 82% do estoque a decidir, ou 61% a mais do que em 1987, quando foram decididos 76.625 processos. Se compararmos as decisões de 1988 com as de 1986, quando os depósitos de pedidos começaram a subir acentuadamente, verifica-se que o crescimento de decisões em 1988 foi de 197%. A Fig. 3 permite uma visualização melhor desse desempenho.

Da mesma forma que com referência ao número e médias anuais de depósitos de pedidos nos períodos de 1979/1984 (seis anos) e 1985/1988 (quatro anos), indicada na Fig. 2, verifica-se pela mesma figura que, nesses períodos, a média anual de decisões foi de 65.649 nos primeiros seis anos e de 78.450 nos quatro anos seguintes.

No final de 1988, ficaram pendentes de decisão 27.877 pedidos (Tabela I), ou seja 69% a menos do que ficou para ser decidido de 1987 para 1988 (88.636). Com relação a 1979, quando ficaram para decidir no ano seguinte 222.948 pedidos, a redução de pendências em 1988 foi de 88%. Assim, 1988 assinalou o menor número de pedidos cuja solução passou para o ano seguinte nos últimos dez anos. Como a média mensal de decisões em 1988 foi de 10.265, ficaram para 1989 pouco mais de 2 1/2 meses de análises de pedidos de registros de marcas.

Estes dados revelam a extraordinária agilização adquirida pela Diretoria de Marcas com as medidas de reestruturação já adotadas e representam recorde absoluto de desempenho em toda a sua história.

TABELA I

MARCAS
SITUAÇÃO DOS PROCESSOS DA DIRMA

DISCRIMINAÇÃO	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988
1. PEDIDOS A DECIDIR:	272.397	260.787	252.693	212.081	166.693	133.431	117.604	125.084	165.261	151.050
1.1. de exercícios anteriores	233.768	222.948	218.074	179.050	128.904	90.996	64.215	45.065	83.619	88.636
1.2. entrados no ano	38.629	37.839	34.619	33.031	37.789	42.435	53.389	80.019	81.642	62.414
2. PEDIDOS DECIDIDOS(1):	49.449	42.713	73.643	83.177	75.697	69.216	72.539	41.465	76.625	123.173
2.1. deferidos	31.949	15.341	37.534	38.269	36.655	29.632	31.565	15.289	33.463	52.660
2.2. indeferidos	5.700	11.673	24.301	21.033	18.247	16.708	17.558	13.002	20.012	30.527
2.3. arquivados	11.800	15.699	11.808	23.875	20.795	22.876	23.416	13.174	23.150	39.986
3. PENDENTES DE DECISÃO:	222.948	218.074	179.050	128.904	90.996	64.215	45.065	83.619	88.636	27.877
4. OUTRAS DECISÕES:	25.288	14.977	10.051	7.467	6.980	8.974	20.456	25.389	19.159	26.544
4.1. caducidades	1.405	2.043	1.143	1.304	1.936	1.876	1.712	1.250	1.556	1.870
4.2. prorrogacoes concedidas	7.475	5.807	3.140	2.292	2.291	3.773	10.412	10.418	7.098	6.367
4.3. extincoes de Registros	16.408	7.127	5.768	3.871	2.753	3.325	8.332	13.721	10.505	18.307

Fonte: INPI/DIRMA

(1) Computadas todas as decisões da Diretoria no ano, independente de suas publicações na RPI.

TABELA II

DEPÓSITOS DE PEDIDOS DE REGISTROS DE MARCAS

1979 - 1988

ANO	No. DE DEPÓSITOS	TOTAIS PARCIAIS
1979	38.629	224.342
1980	37.839	
1981	34.619	
1982	33.031	
1983	37.789	
1984	42.435	
1985	53.389	277.464
1986	80.019	
1987	81.642	
1988	62.414	

Fonte: INPI/DIRMA

PEDIDOS DE REGISTRO DE MARCAS

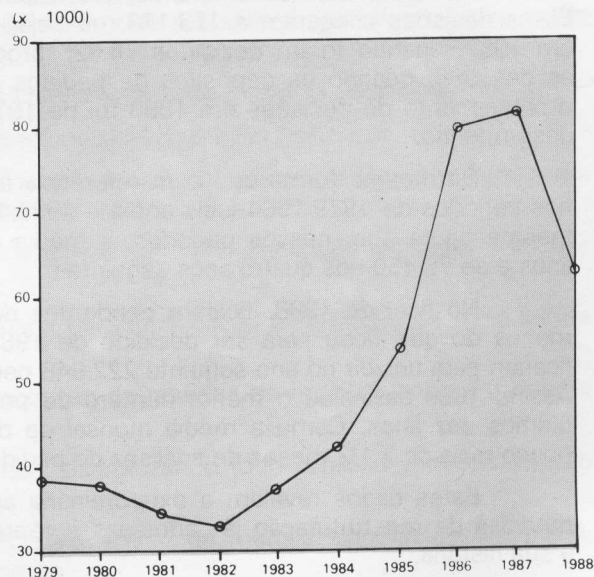


FIG. 1

DECISÕES EM PEDIDOS DE REGISTRO DE MARCAS

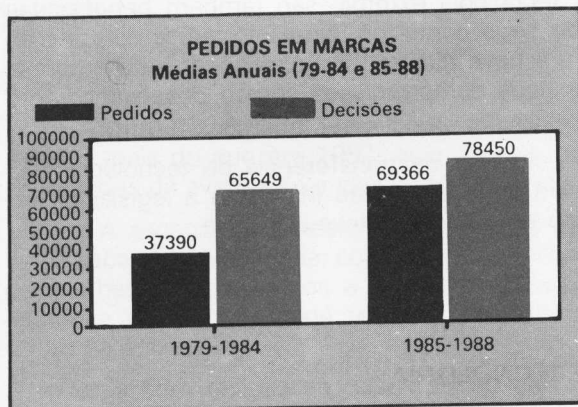
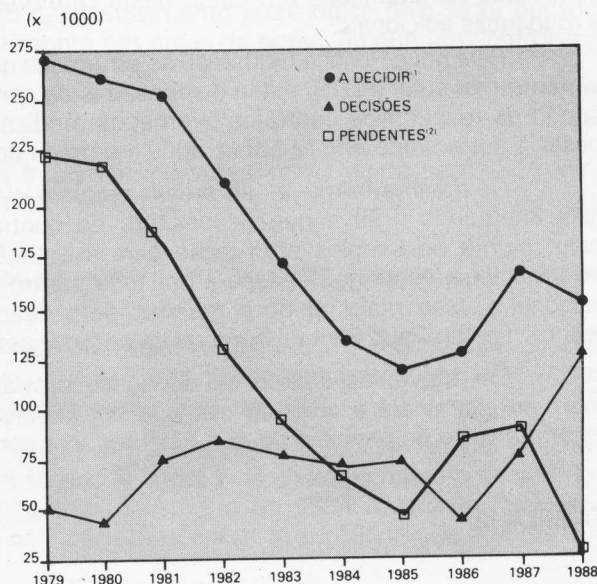


FIG. 2



(1) Soma dos pedidos pendentes de exercícios anteriores com os entrados no ano.
 (2) Pedidos que passaram para ser decididos nos exercícios subsequentes.

FIG. 3

3.2. DIRETORIA DE CONTRATOS DE TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA E CORRELATOS

3.2.1. Modernização

A preocupação constante da administração do INPI, de desburocratizar e desregulamentar e assim modernizar e atualizar as atividades do órgão, de maneira a corresponder à nova realidade tecnológica e econômica do mundo, teve acentuado impacto na área de contratos de comércio de tecnologia e assemelhados.

A gradativa mudança do quadro industrial brasileiro nos últimos dez anos estava a exigir alterações na atuação desta área do INPI. Estas tiveram início em 1985, em consonância com a evolução daquelas mudanças no cenário do setor produtivo e com a conjuntura econômica e tecnológica mundial.

Assim, em primeiro lugar, já em 1985, normas para os contratos de tecnologia, vigentes desde a década de 70 e que não mais condiziam à realidade do momento, foram sendo alteradas, principalmente com relação às tecnologias de ponta. As limitações de prazos, tanto de vigência dos contratos quanto de sigilo, de valores e outras, foram alteradas, tornando as contratações mais flexíveis e eliminando-se condições que inibiam a transferência de tecnologias de alto interesse para o País.

Por outro lado, foi aperfeiçoada e intensificada a sistemática de atuação dos grupos de trabalho para o exame de tecnologia a ser importada, com a participação das entidades de classe empresariais - ABDIB, ABIMAQ, ABEMI, ABCE, ABP e ABIQUIM - órgãos governamentais como o BNDES, FINEP, CACEX, FINAME e outros, além de institutos e centros de pesquisas - IPT, CENPES/Petrobrás, etc.

Paralelamente, o setor tomou medidas internas de natureza organizacional, mais modernas, nas áreas de microfilmagem, de arquivos e outras, para facilitar e agilizar sua atuação. Estas medidas resultam da implantação dos projetos de O & M elaborados para o setor, racionalizando os procedimentos operacionais internos.

O desenvolvimento dos recursos humanos, compreendendo sua atualização quanto a problemas técnicos e econômicos de setores selecionados da nossa indústria, vem se processando mediante a realização de painéis com a participação de representantes de alto nível da indústria. Neste sentido realizaram-se os painéis sobre Bens de Capital, Química e Petroquímica e Informática, além de palestras avulsas sobre diversos aspectos.

A recente instituição de uma nova Política Industrial, no segundo semestre de 1988, não só

consolidou as alterações em curso nesta Diretoria, como também determinou novos procedimentos e mudanças adicionais.

Pela nova Política Industrial, as empresas que tiverem aprovados seus Programas de Desenvolvimento Industrial (PDI), estão dispensadas da consulta prévia para contratação de tecnologia externa, sendo os respectivos contratos averbados mediante simples notificação. O Certificado de Averbação passa a ser emitido em 72 horas, após a entrada do pedido no INPI.

Da mesma forma, as empresas enquadradas em setores contemplados pelos Programas Setoriais Integrados (PSI) e que necessitem de contratar tecnologia externa, são também beneficiadas pelo regime de simples notificação para averbação de seus contratos. Desta forma, a contratação de tecnologia estrangeira passa a ser feita dentro de um novo quadro, proporcionando-se à empresa nacional acesso mais rápido à mesma, sem descuidar seus compromissos com o desenvolvimento tecnológico do País. O ritual burocrático anterior deixa de existir.

Em breve, na análise de consultas prévias e contratos de transferência de tecnologia, não mais se examinará a questão cláusula por cláusula para verificar se não infringem a legislação em vigor. Parte-se do princípio de que o contratante conhece a legislação e deve cumpri-la.

TABELA III

TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA
ENTRADAS E SAÍDAS DE CONSULTAS E PEDIDOS DE AVERBAÇÃO DE CONTRATOS

1979 - 1988

PROCESSOS	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988
1. PENDENTE ANTERIOR	1986	957	487	384	358	354	320	496	812	442
2. ENTRADA DE PROCESSO	1904	2054	2224	2344	2253	1887	2183	2352	2484	2516
2.1. Pedidos de Averbação	1259	1321	1630	1674	1583	1414	1640	1725	1814	1901
2.2. Consultas Prévias:	645	733	594	670	670	473	543	627	670	615
A. TOTAL A PROCESSAR (1+2)	3890	3011	2711	2728	2611	2241	2503	2848	3296	2958
3. PEDIDOS DECIDIDOS	2293	1766	1694	1664	1549	1416	1521	1442	2131	2025
3.1: Averbados	1562	1592	1526	1527	1417	1281	1381	1368	2016	1882
3.2 Indeferidos	201	122	71	71	53	33	61	43	47	56
3.3 Arquivados	530	52	97	70	79	102	79	31	68	87
4. CONSULTAS DECIDIDAS	640	758	633	706	708	505	486	594	723	734
4.1. Autorizadas	539	499	494	518	503	401	383	506	593	581
4.2. Negadas	101	220	122	169	189	92	73	73	85	60
4.3 Arquivadas	-	39	39	19	16	12	30	15	45	93
B. TOTAL DECIDIDO (3+4)	2933	2524	2327	2370	2257	1921	2007	2036	2854	2759
EM ANÁLISE (A - B) (2)	957	487	384	358	354	320	496	812	442	199

Fonte: INPI/DIRCO

(1) Computadas todas as decisões da Diretoria no ano, independente de suas publicações na RPI.

(2) Processos aguardando cumprimento de exigências ou ainda em fase de decisão.

De uma forma geral e pela nova concepção da área de contratos de transferência de tecnologia, o órgão passa a ser mais promotor e incentivador do desenvolvimento tecnológico pelo setor privado, a partir de tecnologias adquiridas no exterior, principalmente nas áreas de ponta, do que um controlador e fiscalizador do comércio de tecnologia.

3.2.2. Desempenho

As alterações decorrentes da nova Política Industrial indicadas acima ainda não se fizeram sentir no desempenho da Diretoria, uma vez que a nova política só foi baixada no final do terceiro trimestre.

Não obstante, sua atuação em 1988 revelou-se superior ao exercício anterior e bem acima à de 1986.

Entre pedidos de averbação e consultas prévias, entraram no INPI 2.516 solicitações, ou seja 1,3% a mais do que em 1987, quando este número foi de 2.484. Comparando-se com 1979, cujas solicitações de averbação e consultas chegaram a 1904, o aumento foi de 32%.

A ascensão de pedidos entrados no INPI nestes dez anos, porém, não se constituiu numa curva ascendente contínua, conforme se verifica pela Tabela III - item 2. O ano cujo número de pedidos de averbação de contratos e consultas prévias, foi o mais baixo é o de 1984 (queda de 16% em relação a 1983) o que pode ser uma consequência da incerteza econômica e política que atravessava o País na época.

Já com relação ao desempenho da Diretoria, que aparece na mesma Tabela III, itens 3 e 4, visualizado na Fig. 4, verifica-se que sua atuação em 1988 foi relevante: neste ano, foram decididos 93% do estoque a resolver. Desta forma, a Diretoria terminou o ano de 1988 com apenas 199 pedidos ainda em análise.

Os 199 processos que permaneceram em análise em 1988 representam menos do que a

TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA

Desempenho da DIRCO

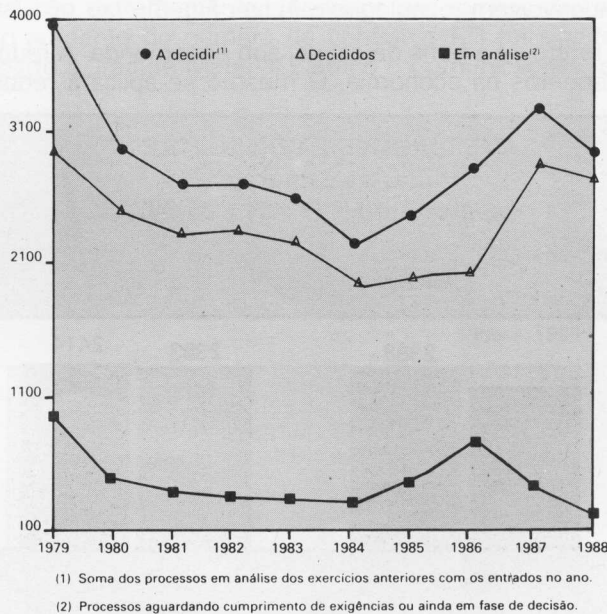


FIG. 4

média de pedidos entrados por mês, o que significa um desempenho excelente da Diretoria: teoricamente, passaram para o ano seguinte apenas os pedidos entrados no último mês do ano.

A Fig. 5 indica a média anual da entrada de pedidos de averbação e de consultas prévias, e das decisões da DIRCO, nos períodos de 1979 a 1984 (6 anos) e de 1985 a 1988 (4 anos).

3.2.3. Aspectos Qualitativos da Contratação

Os contratos de compra ou licença de tecnologia compreendem as seguintes categorias:

- Licença de Exploração de Patentes - LEP - quando a tecnologia compreende patente concedida no Brasil;
- Fornecimento de Tecnologia Industrial - FTI - que se refere à transferência de tecnologia não protegida por patente no Brasil;
- Cooperação Técnico-Industrial - CTI - que se refere à transferência de tecnologia não protegida por patentes no Brasil, exclusivamente para produção de bens de capital sob encomenda;
- Serviços Técnicos Especializados - STE - em que se enquadram os contratos referentes à prestação de serviços técnicos no planejamento, programação e elaboração de estudos e projetos, além da execução de serviços técnicos.

Fora os contratos de tecnologia, a Diretoria analisa os contratos de Licença de Uso de Marcas - LUM, devidamente registradas no INPI.

A Tabela IV revela o número de contratos, por categorias, e respectivos percentuais em relação aos totais anuais nos últimos dez anos.

Nota-se por esses dados uma mudança profunda na evolução dos contratos submetidos ao INPI para averbação.

Enquanto os contratos da categoria LUM (Uso de Marcas), que em 1979 representavam pouco menos de 14% do total do ano, cresceram gradativamente, e chegaram a mais de 52% em 1987, caindo para cerca de 43% em 1988, (ver a sexta coluna da Tabela IV), as categorias CTI (Cooperação Técnico-Industrial) e STE (Serviços Técnicos-Especializados) decresceram substancialmente no mesmo período: o percentual da CTI no total de contratos caiu em 1988 a menos da metade do de 1979 (de 9,4% para 4,1%) e os contratos STE, com uma participação de 62,9% sobre o total de 1979 passaram a figurar com apenas 33,6% em 1988 (colunas 3 e 4 da Tabela IV). Assim, se o número de pedidos de averbação cresceu é porque o número de contratos de LUM cresceu. Ao contrário, os das outras categorias, que envolvem tecnologia, caiu (ver Fig. 6).

Ora, a categoria CTI refere-se a bens de capital sob encomenda. A redução de contratos nessa área indica queda de investimentos na economia. O mesmo se aplica à redução nos contratos STE,

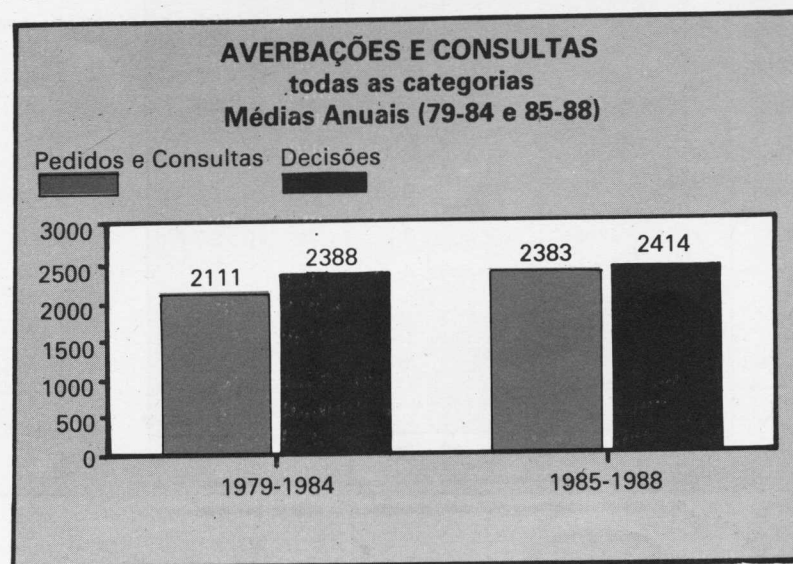


FIG. 5

TABELA IV

NÚMERO E PERCENTUAL DOS CONTRATOS AVERBADOS POR CATEGORIA CONTRATUAL

1979 - 1988

CATEGORIA ANO	LEP		FTI		CTI		STE		TOTAL CATEGORIAS TECNOLOGICAS		LUM		TOTAL GERAL
	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%	
1979	85	5,5	130	8,3	147	9,4	983	62,9	1345	86,1	217	13,9	1562
1980	83	5,2	100	6,3	194	12,2	909	57,1	1286	80,9	306	19,2	1592
1981	63	4,1	75	4,9	105	6,9	905	59,3	1148	75,2	378	24,8	1526
1982	112	7,3	146	9,6	127	8,3	737	48,3	1122	73,5	405	26,5	1527
1983	118	8,3	95	6,7	98	6,9	562	39,7	873	61,6	544	38,4	1417
1984	111	8,7	89	7,0	109	8,5	395	30,8	704	55,0	577	45,0	1281
1985	94	6,8	83	6,0	103	7,5	383	27,7	600	43,4	718	52,0	1381
1986	92	6,7	102	7,5	86	6,3	506	37,0	786	57,5	582	42,5	1368
1987	148	7,4	170	8,4	96	4,8	549	27,2	963	47,7	1053	52,2	2016
1988	135	7,2	236	12,5	78	4,1	633	33,6	1082	57,5	800	42,6	1882

Fonte: INPI/DIRCO.

rmmc/ratd88

que se ligam à área de pré-investimentos. São, portanto, duas áreas extremamente sensíveis, que refletem o comportamento dos investimentos no setor industrial da economia.

Com referência às outras duas categorias, LEP (Licença de Exploração de Patentes) e FTI (Fornecimento de Tecnologia Industrial), o aumento no número de contratos e o percentual de sua participação no total anual são extremamente pequenos em termos de uma década. Não obstante, pode-se considerar que o aumento do número de contratos FTI foi significativo a partir de 1985, o que se deve em grande parte à área de Material Elétrico e Comunicações, em função do crescimento do setor de Informática.

O quadro abaixo (Tabela V) indica o número de contratos FTI e, dentre estes, os que se referem à área de Material Elétrico e Comunicações, nos anos em que os contratos de FTI acusaram aumento mais acentuado. A Fig. 7 permite uma visualização melhor dessa situação.

TABELA V

1985 - 1988

ANOS	CONTRATOS FTI		
	TOTAL (A)	MAT.ELETRICO COMUNICAÇÕES (B)	PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL B/A
1985	83	26	31
1986	102	28	27
1987	170	87	51
1988	236	126	53

Fonte: INPI/DIRCO.

**TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA
CONTRATOS AVERBADOS - TECNOLOGIA
E USO DE MARCAS**

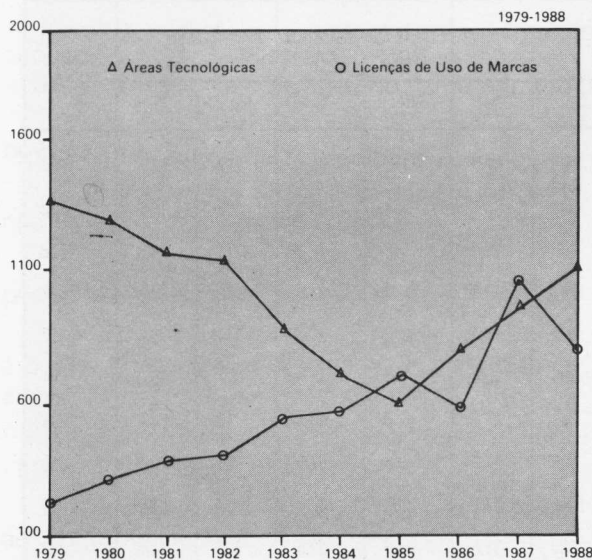


FIG. 6

**TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA
CONTRATOS DE MATERIAL ELÉTRICO
E COMUNICAÇÕES NA CATEGORIA FTI**

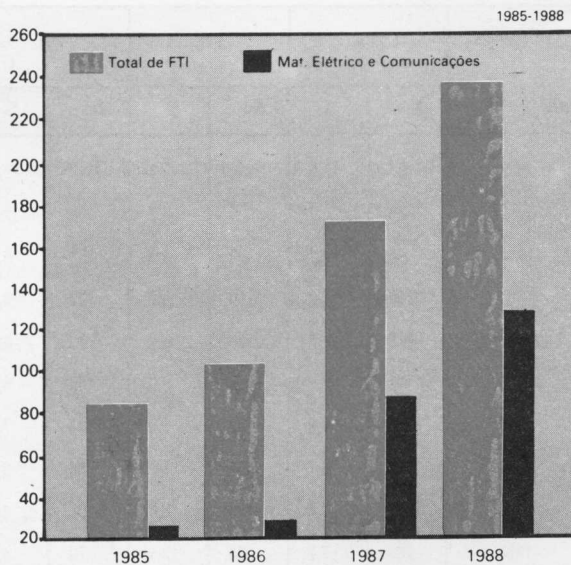


FIG. 7

TABELA VI

**CONTRATOS AVERBADOS DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS(STE)
NA ÁREA DE ENGENHARIA DE MONTAGEM**

1979 - 1988

ANO	STE (TOTAL)		MONTAGEM			OUTROS	
	No. DE CONTRATOS	VALOR US\$ MILHAO	No. DE CONTRATOS	VALOR US\$ MILHAO	% SOBRE TOTAL DE CONTRATOS	No. DE CONTRATOS	VALOR US\$ MILHAO
1979	983	517,5	342	236,5	34,8	641	281,0
1980	909	294,0	321	93,9	35,3	588	200,1
1981	905	284,9	436	108,5	48,2	469	176,4
1982	737	333,4	282	153,3	38,3	455	180,1
1983	562	186,5	158	24,6	28,0	404	161,9
1984	395	178,8	70	16,8	17,7	325	162,0
1985	383	95,7	85	24,6	22,2	298	71,1
1986	506	86,6	54	16,0	10,7	452	70,6
1987	549	98,5	79	20,6	14,4	470	77,9
1988	642	153,0	93	23,1	14,5	549	129,9

Fonte: INPI/DIRCO

rmmc/rati88

Por outro lado, com relação à categoria STE (Serviços Técnicos Especializados), conforme indicado na Tabela VI e Fig.8 nota-se uma redução substancial na quantidade e valor dos contratos de Engenharia de Montagem (que não compreende tecnologia propriamente dita), de 1979 a 1988, particularmente a partir de 1984, o que indica uma queda na instalação de novas plantas e equipamentos e, portanto, baixa renovação do parque industrial.

A Tabela VII, indicando o número de contratos averbados entre 1979 e 1988, excluída a categoria LUM (Uso de Marcas), segundo os principais setores, permite uma comparação melhor com os dados das Tabelas V e VI.

A Tabela VIII indica a quantidade e os valores globais e médios dos contratos de STE, por área tecnológica, para os anos de 1985 a 1988.

Os países cedentes de tecnologias e marcas encontram-se na Tabela IX. Nota-se que os Estados Unidos é o país que mais firmou contratos com o Brasil ao longo dos últimos dez anos. Seguem-se a República Federal da Alemanha e o Japão, este até 1982, passando de 1983 em diante a ser superado pela França.

3.3. Centro de Documentação e Informação Tecnológica

O Centro de Documentação e Informação Tecnológica - CEDIN, destina-se basicamente a atender a necessidade de buscas sobre o estado da técnica para fundamentar os exames de pedidos de patentes.

Constituindo-se de um acervo extremamente rico de informação tecnológica, contida na documentação de patentes em âmbito universal, acha-se aberto ao público em geral e, particularmente, à indústria e aos institutos de pesquisas. Neste sentido sua atuação limitava-se a buscas retrospectivas sobre determinadas tecnologias, realizadas diretamente por usuários externos (Buscas Individuais), ou pelo próprio INPI por solicitação destes (Buscas Isoladas). Além disso, fornecia cópias de documentos a pedido de interessados.

Dentro da nova filosofia, de aproveitamento do potencial do sistema de propriedade industrial em prol do desenvolvimento tecnológico, o CEDIN passou a uma abertura maior para o setor produtivo

TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA CONTRATOS DE ENGENHARIA DE MONTAGEM NA CATEGORIA STE

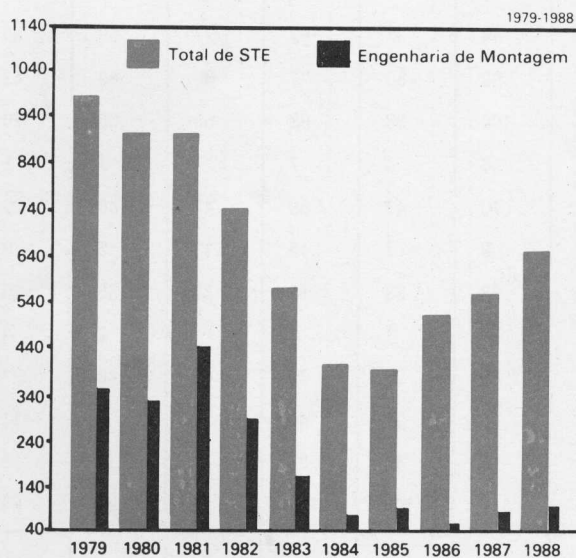


FIG. 8

e a uma atuação mais direta através do Programa Especial PROFINT (ver adiante), além de se constituir em base para outros Programas, como o PROATEC e o PROTAM.

O desenvolvimento desta atuação exige maior racionalização, eficiência e agilidade nos procedimentos do órgão, dentro dos princípios básicos que vêm orientando a administração do INPI, conforme indicado a seguir.

3.3.1. Modernização

A modernização do Centro de Documentação e Informação Tecnológica repousa em dois projetos - o de O & M, já elaborado em conjunto com a Coordenadoria de Planejamento, e em implantação, e o de informatização, desenvolvido com assistência externa da Organização Mundial da Propriedade Intelectual - OMPI, mediante convênio entre o INPI e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, em conjunto com a Assessoria de Informática, também em implantação.

A informatização do Banco de Patentes é básica, mas é um projeto de longo prazo, dado o grande volume do Banco de Patentes (cerca de 18 milhões de documentos). Algumas atividades, porém, são prioritárias e deverão estar implantadas em curto prazo, como a informatização do Programa

TABELA VII

**NÚMERO DE CONTRATOS AVERBADOS SEGUNDO OS PRINCIPAIS SETORES
 (EXCLUSIVE CATEGORIA LUM)**

1979 - 1988

SETORES	ANOS									
	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988
Extração de Minerais	134	131	117	103	81	37	49	116	109	98
Prod.Minerais não Metálicos	47	44	40	52	35	33	28	26	29	14
Metalúrgica	263	261	291	160	145	106	73	115	126	115
Mecânica	179	201	142	161	120	126	141	122	197	222
Mat.Elétrico e Comunicações	63	48	38	62	77	59	55	75	150	179
Material de Transporte	86	80	50	71	60	60	43	52	39	51
Química	129	108	98	98	58	58	79	89	99	109
Prod.Farmacêuticos e Vet.	8	6	4	7	7	1	5	1	2	2
Têxtil	57	70	43	59	47	40	29	27	37	49
Prod. Alimentares	10	8	7	15	13	5	9	7	9	4
Serv.Prod.Energia Elet.	65	69	83	82	37	35	36	18	37	81
Comercio(Atacado/Varejo)	2	1	1	1		2	4	3	6	2
Serv.de Consultoria	102	95	77	70	44	40	27	25	19	37
Serv.de Engenharia	49	46	37	46	37	9	11	14	16	9
Instituições Científicas	6	6	15	28	17	12	10	15	21	22
Demais Setores	145	112	105	107	95	81	64	81	67	99
TOTAL	1.345	1.286	1.148	1.122	873	704	663	786	963	1.093

Fonte: INPI/DIRCO

rmmc/rate88

de Fornecimento Automático de Informação Tecnológica - PROFINT, mencionado adiante.

Estes projetos visam:

- Maior disseminação da informação tecnológica entre empresas, centros de pesquisas e outros usuários.
- Crescimento zero do Arquivo de Buscas do Banco de Patentes, pela eliminação de documentação de tecnologias obsoletas a partir de determinada data, na proporção da entrada de documentos novos, e pela eliminação de documentos repetitivos de uma mesma família, conservando-se os de idiomas mais acessíveis.
- Acesso à informação tecnológica, contida nas principais bases de dados da Europa e dos Estados Unidos, através de terminal remoto instalado no próprio CEDIN, mediante convênio com o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT, do CNPQ, já instalado e em pleno funcionamento.
- Descentralização do Banco de Patentes, mediante a implantação de "mini-Bancos" setoriais em determinados segmentos tecnológicos. Este projeto acha-se em pleno andamento. Assim, um já foi instalado em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, específico na área de couros e calçados, atendendo cerca de 900 indústrias de Porto Alegre, Nova Hamburgo e S. Leopoldo. Outros mini-Bancos acham-se em vias de instalação, em Campinas, na área de química fina, e na ABIFA. A instalação de mini-Bancos é feita sem ônus para o INPI, mediante convênios com as entidades de classe.

TABELA VIII

NÚMERO E VALOR DOS CONTRATOS AVERBADOS DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS SEGUNDO OS PRINCIPAIS SETORES

1985 - 1988

ANO	1985			1986			1987			1988		
	SETOR	No.	VALOR TOTAL MIL US\$	VALOR MÉDIO MIL US\$	No.	VALOR TOTAL MIL US\$	VALOR MÉDIO MIL US\$	No.	VALOR TOTAL MIL US\$	VALOR MÉDIO MIL US\$	No.	VALOR TOTAL MIL US\$
EXTRAÇÃO DE MINERAIS	49	31.391	641	112	29.852	267	106	35.944	339	95	64.220	676
PROD. MINERAIS NÃO METÁLICOS	24	9.611	400	21	6.852	326	19	841	44	09	73	8
METALÚRGICA	55	6.398	116	86	18.317	213	92	19.083	207	81	7.593	94
MECÂNICA	20	1.181	59	42	1.646	39	74	7.267	98	104	7.131	67
MATERIAL ELÉTRICO	6	690	115	24	262	11	27	1.138	42	19	3.315	174
MATERIAL DE TRANSPORTE	17	469	28	24	2.582	8	17	988	58	21	558	27
QUÍMICA	53	2.457	46	48	5.049	105	45	4.493	100	58	6.590	114
TÊXTIL	28			25	53	2	35	453	13	47	412	9
PRODUTOS DE ENERGIA ELÉTRICA	35	32.866	939	18	3.576	199	37	10.806	292	81	43.769	540
ASSESSORIA E CONSULTORIA	22	748	34	18	1.381	77	19	1.815	96	30	4.997	166
ENGENHARIA E AUXILIAR ENG.	8	3.293	412	12	6.279	523	13	1.061	82	07	1.922	275
INSTITUIÇÕES CIENTÍFICAS	9	5.246	583	14	6.107	436	13	1.459	112	20	2.437	122
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	2	505	252	09	3.295	366	02	7.872	3.936	12	2.009	167
DEMAIS SETORES	104	1.259	12	53	1.314	25	50	5.238	105	58	7.978	137
TOTAL	383	95.740	250	506	86.566	171	549	98.458	179	642	153.004	238

Fonte: INPI/DIRCO

rmmc/rata88

A desburocratização é essencial, a fim de se obter o aperfeiçoamento e agilização das rotinas de trabalho, tornando a documentação nova, recebida diariamente, disponível ao público interessado no menor espaço de tempo.

Além disso é necessário atualizar a documentação, o que compreende:

- aquisição de documentos de patentes de outros países, não existentes no Banco de Patentes, e de literatura técnica em periódicos e publicações avulsas;
- transferência da documentação de patentes estrangeiras, não classificada pela Classificação Internacional de Patentes e de pouco uso devido à sua idade, para depósito externo, aliviando-se assim o espaço físico ocupado pelo Banco;
- reclassificação para a Classificação Internacional dos documentos nacionais de patentes que ainda se encontram na antiga Classificação Brasileira;
- reclassificação para a Classificação Internacional dos documentos de patentes estrangeiros que ainda se encontram na classificação nacional dos respectivos países, e que devem permanecer no Banco de Patentes (não transferidos para depósito externo, conforme indicado acima).

3.3.2. Desempenho

As buscas de interesse de usuários externos diminuiram 23% em 1988 em relação a 1987. Essa redução se deve principalmente à extinção da obrigatoriedade de buscas no Banco de Patentes para instruírem as consultas prévias nos processos de contratação de tecnologia externa (Tabela X).

Em 1988, o fornecimento de cópias de documentos de patentes foi de 293.490, o que representa um aumento de 8% em relação a 1987, quando foram fornecidas 272.548 cópias (Tabela X e Fig. 9).

Esse aumento no número de cópias fornecidas aos usuários se deve ao Programa de Furneci-

TABELA IX

No. DE CONTRATOS AVERBADOS SEGUNDO OS PRINCIPAIS PAÍSES CEDENTES

1979/1988

PAÍSES	ANOS	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988
BRASIL		114	96	148	146	209	192	195	182	418	369
CANADÁ		31	29	18	30	28	11	09	20	46	37
ESTADOS UNIDOS		461	472	489	507	430	423	489	431	657	331
FRANÇA		133	131	107	106	112	101	119	93	149	96
ITÁLIA		71	85	84	75	80	62	60	61	67	64
JAPÃO		157	159	198	117	65	70	58	59	90	58
PAÍSES BAIXOS		24	20	23	29	29	18	28	34	34	33
REINO UNIDO		76	95	73	91	93	71	78	102	81	45
REP. FEDERAL ALEMANHA		295	291	211	260	211	174	159	194	231	148
SUÍÇA		55	74	66	52	69	74	90	85	71	74
DEMAIS PAÍSES		145	140	109	114	91	85	96	107	172	627
TOTAL		1562	1592	1526	1527	1417	1281	1381	1368	2016	1882

rmmc/ratf88

Fonte: INPI/DIRCO

mento Automático de Informação Tecnológica - PROFINT (ver adiante), que este ano cresceu 23% em relação a 1987 e 704% em relação a 1985, quando o programa teve início efetivamente.

3.4. Diretoria de Patentes

3.4.1. Modernização

Dentro dos princípios gerais que orientaram a administração do INPI, cabe destacar algumas medidas preliminares, que não excluem outras com estudos já concluídos, dentre as quais várias são dependentes dos resultados das primeiras.

Inicialmente, foi simplificado o processamento de pedidos de patentes de Modelo Industrial e Desenho Industrial, de maneira a reduzir o prazo para uma decisão final, tendo em vista a transitoriedade das inovações ou criações nestas áreas, sujeitas a modismos momentâneos.

Passou-se a empregar a via postal para alertar depositantes de pedidos de patentes quanto à aproximação do prazo fatal para requerer o exame técnico do pedido, a fim de se evitar que este

TABELA X

CEDIN UTILIZAÇÃO DO BANCO DE PATENTES

1979-1988

DISCRIMINAÇÃO	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1988/1987 (%)
Buscas Isoladas e Individuais	1.063	637	536	818	1.002	1.549	1.755	1.990	1.999	1.626	(23) ¹
Fornecimento de cópias de documentos	29.345	33.345	42.011	35.468	45.343	54.390	126.475	221.635	272.548	293.490	8

Fonte: INPI/CEDIN

rmmc/ratg88

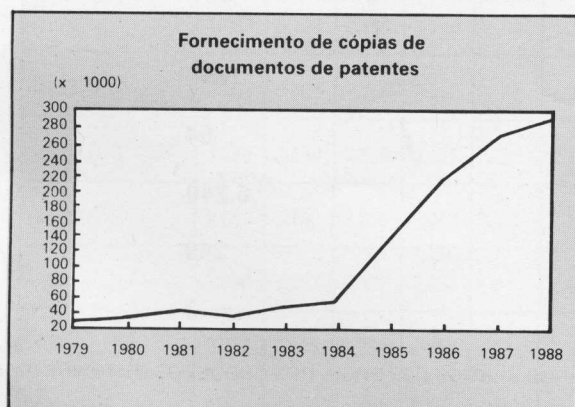


FIG. 9

DEPÓSITOS DE PEDIDOS DE PATENTES RESIDENTES E NÃO RESIDENTES

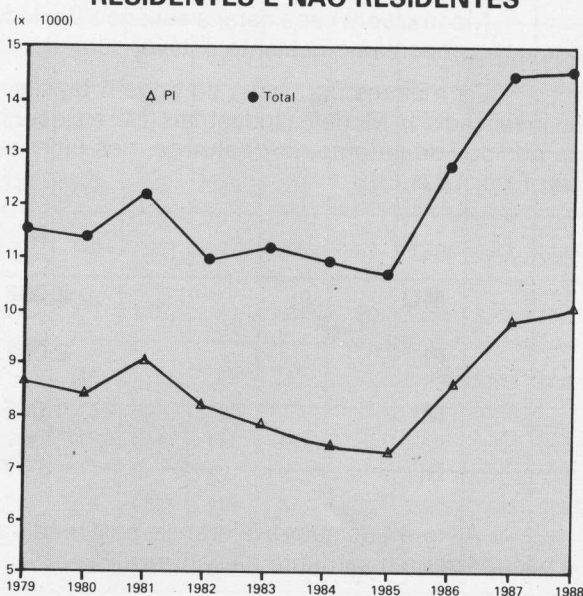


FIG. 10

seja retirado definitivamente, como estabelece o Artigo 18 do Código da Propriedade Industrial. Da mesma forma, emprega-se a via postal para alertar o depositante sobre irregularidades no pagamento da retribuição de anuidades, para se evitar o arquivamento do pedido, o que suspende o seu andamento.

Foi elaborada uma nova classificação para Modelos e Desenhos Industriais, baseada na Classificação Internacional de Desenhos Industriais estabelecida pelo Acordo de Locarno. Esta nova classificação para MI's e DI's deverá entrar em vigor oficialmente em 1989.

Os planos de reorganização e de desburocratização da Divisão de Apoio Técnico, que é o órgão administrativo da Diretoria, acham-se em fase de reformulação, em conjunto com os de reorganização das demais Divisões, harmonizando toda a nova estrutura com os planos de Informatização.

Entretanto, dada a complexidade e diversidade dos serviços da Diretoria, esses planos de reestruturação - elaborados em conjunto com o setor de O & M da Coordenadoria de Planejamento e da Coordenadoria de Informática - só poderão estar concluídos no primeiro trimestre de 1989, devendo estar implantados até o final do ano.

Por outro lado, intensificou-se o processo de desenvolvimento e atualização dos recursos humanos, por meio de treinamento, estágios e participações em congressos e conferências, tanto no exterior quanto no País, de técnicos do setor. Vários examinadores de patentes têm realizado cursos especializados na Alemanha Ocidental, França, Japão e Coréia do Sul, sem ônus para o INPI, mediante acordos multilaterais através da Organização Mundial da Propriedade Industrial (OMPI) ou de entendimentos bilaterais com os governos dos países que ofereceram esse treinamento.

3.4.2. Os Pedidos de Patentes

O número de pedidos depositados em 1988, 14.561, é ligeiramente superior ao de 1987(1), 14.213, sendo bem superior ao de 1986, quando foram depositados 12.596 pedidos, conforme indicado na Tabela XI. Os números de 1986 a 1988 não são comparáveis com os do período de 1979 a 1985, uma vez que estes não incluem os depósitos feitos via Tratado de Cooperação em Matéria de Patentes (PCT), por indisponibilidades de dados.

Os pedidos de Privilégio de Invenção (PI), que são os de maior conteúdo tecnológico, representam mais de 69% do total de depósitos em 1988, mantendo-se razoavelmente dentro dessa faixa no decorrer de toda a década, com ligeiras variações para mais ou para menos (Fig. 10).

Entretanto, comparando-se os depósitos de PI de residentes e não-residentes no País, verifica-se que o número destes (7.496) é substancialmente superior ao de residentes (2.484) em 1988, ou seja, 202% maior (Tabela XI e Fig. 11).

Mesmo sem considerar a ausência de dados sobre depósitos via PCT, de 1979 a 1985, verifica-se que esta proporção é bastante estável durante a década, com ligeiras variações.

Os maiores depósitos de origem brasileira se referem a Modelos de Utilidade (MU), Patentes de Invenção (PI), Modelos Industriais (MI) e Desenhos Industriais (DI), nessa ordem. A média de depósitos de pedidos de patente, por natureza, nos últimos dez anos, de brasileiros e estrangeiros, é a seguinte (ver Figs. 12 e 13):

	R	NR
MU	2.098	64
PI	2.081	6.240
MI	1.005	249
DI	77	8

A Fig. 14 destaca a diferença, pela média anual nos últimos dez anos, dos depósitos de residentes e não-residentes somente na natureza PI.

(1) Os dados neste Relatório, referentes a 1987 divergem do Relatório de 1987 por terem sido atualizados no decorrer de 1988, em virtude de depósitos feitos no ano anterior mas que só chegaram ao INPI no ano seguinte. O mesmo ocorrerá com relação a 1988, quando os dados serão corrigidos em 1989.

Muito embora haja interpretações diferentes quanto à definição de Modelo de Utilidade entre vários países, havendo alguns que não consideram essa natureza, incluindo-as entre as Invenções (as demais em geral são consideradas "designs"), esta diferença nos pedidos de patente, entre residentes e não-residentes, particularmente na natureza PI, pode ser atribuída a várias causas, dentre as quais pode-se ressaltar:

1. grande desconhecimento, entre o empresariado do setor produtivo, do sistema de propriedade industrial e das vantagens e benefícios que ele pode proporcionar;
2. preferência pelo "segredo industrial" como forma de proteção a inventos e inovações, mesmo com o risco de cópia por terceiros por falta de proteção legal;
3. limitações, por parte do setor produtivo, na capacidade de investimentos em Pesquisa & Desenvolvimento de que resultem avanços e inovações tecnológicas.

Este terceiro item se sobrepõe aos demais e é um reflexo do perfil da economia brasileira.

O INPI, através de seus Programas Especiais (ver adiante) e dentro de sua esfera de ação, vem envidando esforços para contornar estes aspectos, principalmente os dois primeiros itens acima.

A origem dos pedidos de patentes de invenção (PI), que são os de maior conteúdo tecnológico, manteve-se em proporção bastante semelhante nos exercícios de 1986, 1987 e 1988, da mesma forma que nos anos de 1983 a 1985, e de 1979 a 1982, mas em faixas diferentes em cada grupo de exercício, conforme demonstrado na Tabela XII. Nota-se por aí que, nesse setor, os depósitos genuinamente brasileiros sempre mantiveram o segundo lugar, sendo ultrapassados apenas pelos Estados Unidos, que é o maior depositante.

TABELA XI

**PEDIDOS DE PATENTES, POR NATUREZA, DEPOSITADOS NO BRASIL
POR RESIDENTES (R) E NÃO-RESIDENTES (NR)**

1979-1988

NATUREZA	PI			MU			MI			DI			TOTAIS		
	R	NR	TOTAL	R	NR	TOTAL	R	NR	TOTAL	R	NR	TOTAL	R	NR	GERAL
1979(1)	1.958	6.644	8.602	1.690	80	1.770	811	210	1.021	75	28	103	4.534	6.962	11.496
1980(1)	2.149	6.228	8.377	1.657	89	1.746	880	231	1.111	64	14	78	4.750	6.562	11.312
1981(1)	2.209	6.845	9.054	1.818	87	1.905	853	278	1.131	95	02	97	4.975	7.212	12.187
1982(1)	1.989	6.120	8.109	1.746	39	1.785	723	222	945	49	01	50	4.507	6.382	10.889
1983(1)	2.163	5.601	7.764	2.005	33	2.038	1.065	196	1.261	77	05	82	5.310	5.835	11.145
1984(1)	1.878	5.478	7.356	2.132	38	2.170	988	272	1.260	58	07	65	5.056	5.795	10.851
1985(1)	2.065	5.190	7.255	2.068	88	2.156	891	290	1.181	45	12	57	5.069	5.580	10.649
1986	1.900	6.532	8.432	2.433	64	2.497	1.284	263	1.547	111	09	120	5.728	6.868	12.596
1987	2.232	7.298	9.530	2.818	71	2.889	1.395	276	1.671	119	04	123	6.564	7.649	14.213
1988	2.484	7.496	9.980	2.289	65	2.894	1.301	304	1.605	82	-	82	6.696	7.865	14.561

Fonte: INPI/DIRPA

(1) Não inclui pedidos depositados via PCT (Tratado de Cooperação em Matéria de Patentes), por indisponibilidade de dados.

rmmc/ratl88

DEPÓSITOS DE PEDIDOS DE PATENTES, DE INVENÇÃO (PI)

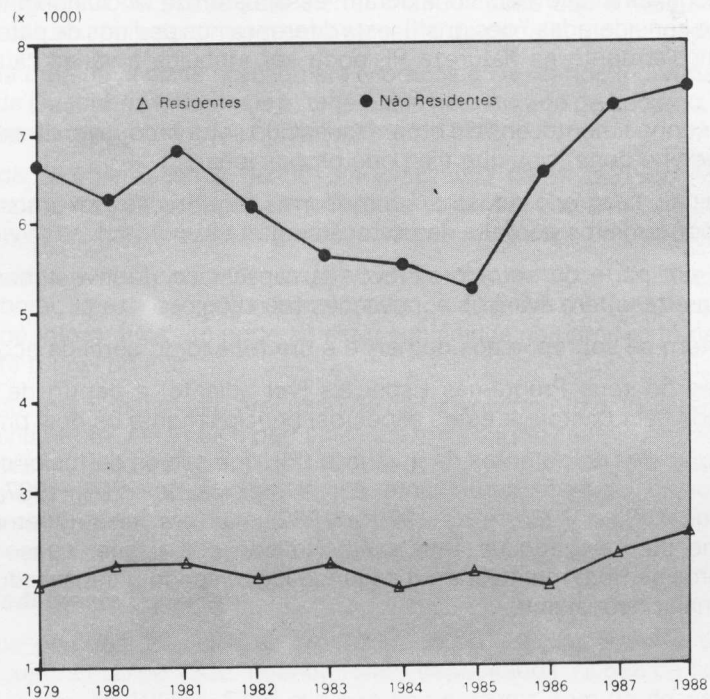


FIG. 11

DEPÓSITOS DE PEDIDOS DE PATENTES POR NATUREZA MÉDIA ANUAL

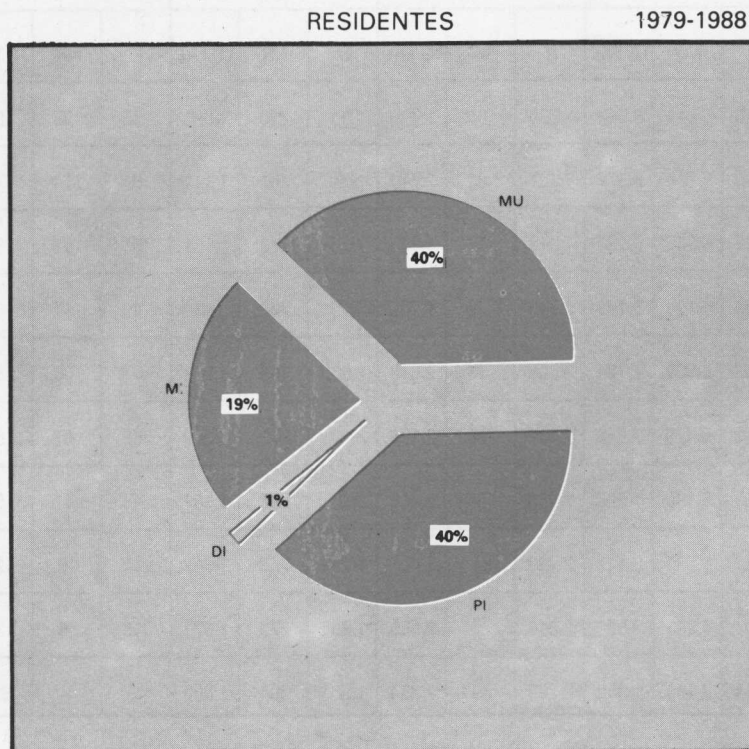


FIG. 12

DEPÓSITOS DE PEDIDOS DE PATENTES, POR NATUREZA MÉDIA ANUAL

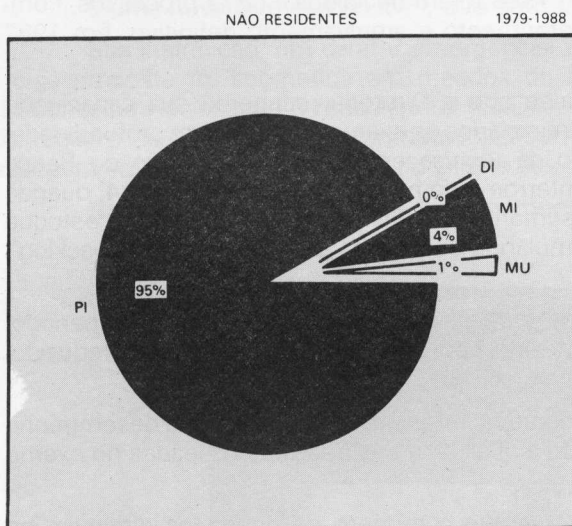


FIG. 13

PEDIDOS DE PATENTES DE NATUREZA PI MÉDIA ANUAL

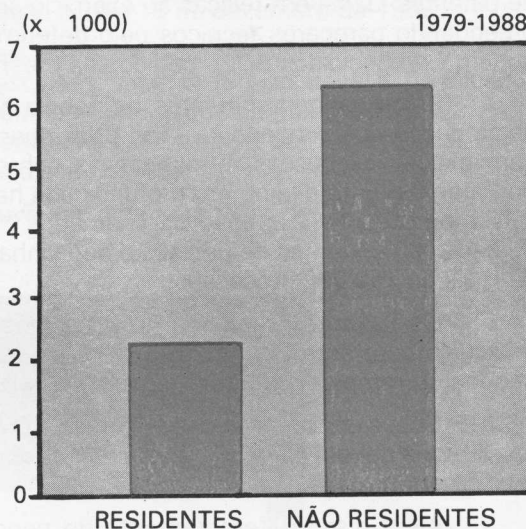


FIG. 14

TABELA XII

ORIGEM DOS PEDIDOS DE PATENTES DE INVENÇÃO - PI - BRASIL E PRINCIPAIS PAÍSES (PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL)

PAIS	1979(1)	1980(1)	1981(1)	1982(1)	1983(1)	1984(1)	1985(1)	1986 (3)			1987 (4)			1988 (2) (5)		
								DIRETO	PCT	TOTAL	DIRETO	PCT	TOTAL	DIRETO	PCT	TOTAL
BRASIL	22,7	25,7	26,2	26,3	30,6	28,6	30,7	29,9	0,4	22,5	34,5		25,1	35,6	0,1	25,1
ESTADOS UNIDOS	29,0	26,7	29,1	29,1	30,4	32,2	29,3	29,2	38,1	31,4	26,5	39,8	30,0	26,4	35,7	29,2
ALEMANHA OC.	16,3	16,6	15,4	15,1	12,5	12,7	12,3	12,8	4,1	10,6	11,3	5,3	9,7	11,0	5,6	9,4
JAPAO	4,2	4,4	4,4	5,2	4,3	4,0	4,6	3,9	2,0	3,5	4,1	1,9	3,5	4,0	1,8	3,4
FRANCA	6,4	6,6	6,2	5,8	5,1	5,3	5,1	4,5	5,6	4,8	5,0	4,9	5,0	5,3	5,8	5,4
REINO UNIDO	1,1	0,4	0,8	3,9	2,9	3,6	3,1	3,6	9,9	5,2	3,1	8,2	4,4	2,5	10,2	4,8
DEMAIS PAISES	20,3	19,6	17,9	14,6	14,2	13,6	14,9	16,1	39,9	22,0	15,5	39,9	22,3	15,2	40,8	22,7
	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0			100,0			100,0		

Fonte: INPI/DIRPA

(1) Não inclui os pedidos via PCT por indisponibilidade dos dados;
 (2) Dados sujeitos a atualização;
 (3) Os pedidos via PCT representaram 25% do total depositado;

(4) Os pedidos via PCT representaram 26,6% do total;
 (5) Os pedidos via PCT representaram 29,5% do total.
 rmmc/ratb88

3.4.3. Desempenho da Diretoria de Patentes

Quanto à produção da Diretoria, cabe assinalar significativo aumento nas decisões de pedidos de patentes (32%) em relação ao exercício anterior. Em 1988 foram decididos 11.772 processos, compreendendo pareceres técnicos pelo deferimento, indeferimento e arquivamento definitivo. Em 1987 tinham sido decididos 8.925 pedidos na mesma base.

Pelos dados constantes da Tabela XIII verifica-se que a Diretoria recuperou sua capacidade de produção, aproximando-se da de 1985, quando foram reiniciados os exames técnicos em profundidade, com exaustivas buscas retrospectivas sobre o estado da técnica entre a documentação do Banco de Patentes. Este exame em profundidade havia sido interrompido no período de 1980 a 1984, quando a Diretoria realizava apenas os chamados "exames sumários" a fim de reduzir o imenso estoque de pedidos pendentes de decisão e que vinham se acumulando durante os anos, criando um "backlog" de mais de 150.000 processos.

Os "exames sumários" explicam os altos índices de produção da Diretoria naquele período, principalmente entre 1980 e 1982. Já em 1983 e 1984 este tipo de exame começou a ser reduzido, sendo interrompido definitivamente em 1985.

Com a implantação dos projetos de O & M já elaborados, referidos anteriormente, o desempenho da Diretoria deverá ser ainda mais satisfatório, mantendo a qualidade das decisões baseadas no exame técnico em profundidade.

Além disso, diferentemente do período 79-84, em que o número de depósitos diminuiu, no período 85-88, apesar da queda dos investimentos na economia, o número de depósitos cresceu. Comparando-se em termos de média anual de depósitos temos que, no período 79-84 a média de depósitos foi de 11.313, enquanto no período 85-88 foi de 13.004, isto é, 15% superior ao do período anterior (Fig. 15).

Esse aumento obriga a que a média das decisões também aumente substancialmente, sem abandonar o exame técnico em profundidade. Assim, a partir do ano de 1989 a meta é de 15.000 decisões por ano, para que não se crie um novo "backlog".

TABELA XIII

DECISÕES EM PEDIDOS DE PATENTES

1979 - 1988

DECISÕES ANOS	DEFERIDOS	INDEFERIDOS	ARQUIVADOS DEFINITIVAMENTE (1)	TOTAL
1979	1920	182	5146	7248
1980	14548	827	10035	25410
1981	10919	1111	6049	18079
1982	7953	1286	11841	21080
1983	6780	996	5275	13051
1984	5846	1254	7103	14203
1985	4981	1219	6499	12699
1986	3467	1097	4545	9109
1987	4262	865	3798	8925
1988	5259	1234	5279	11772

Fonte: INPI/DIRPA

(1) Definitivamente arquivados, sem restauração (Artigos 18, Parágrafo 2o; 19, Parágrafo 5o, e 21.-Parágrafo 1o., do Código da Propriedade Industrial(CPI), e Ato Normativo no. 82 do INPI). Não incluídos os arquivamentos nos termos do Artigo 19, Parágrafo 6o. do CPI, que não são definitivos, retornando à 1a. instância em 95% dos casos.

3.5. DIRETORIA DE REGISTROS DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR

É uma nova Diretoria do INPI, que entrou em operação no dia 19 de dezembro de 1988.

Sua instituição, em caráter emergencial até que seja formalizada a reorganização geral do INPI - cuja proposta foi submetida em meados do ano aos escalões superiores - se deve à Resolução do Conselho Nacional do Direito Autoral (CNDA), do Ministério da Cultura, que atribuiu ao INPI a função do registro de programas de computador ("software"), conforme estabelecido por Lei especial, que assegura aos mesmos a proteção do Direito Autoral em condições especiais.

Nos seus primeiros dias de funcionamento não houve pedidos de registro de "software".

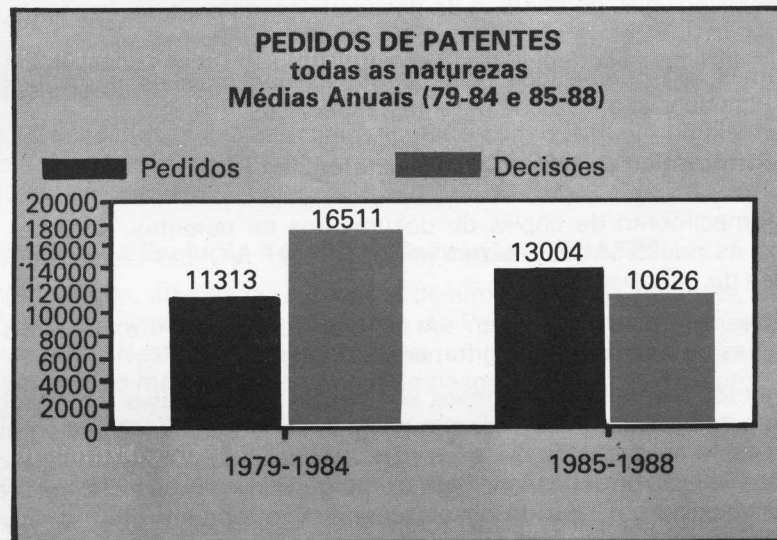


FIG. 15

4. PROGRAMAS ESPECIAIS

Dentro dos princípios básicos que nortearam a atuação do INPI, em que a descarterialização é peça fundamental, os Projetos Especiais se constituem em capítulo à parte.

Visam essencialmente o emprego do sistema de propriedade industrial em benefício do desenvolvimento tecnológico-industrial do País através da maior e melhor utilização da informação tecnológica contida na documentação de patentes, do incentivo à maior e melhor utilização do sistema por parte do empresariado, de estudos e acompanhamento da evolução tecnológica em âmbito mundial, principalmente com relação às tecnologias de ponta, e de descentralização e interiorização de certas atividades do órgão.

Estes programas são gerenciados pelas Diretorias que mais de perto lhes dizem respeito, ou diretamente pela Presidência, através de gerentes específicos.

4.1. Fornecimento Automático de Informação Tecnológica - PROFINT

Trata-se do fornecimento de cópias de documentos de patentes, do Brasil e dos principais países industrializados, às indústrias que realizam atividades de P.& D, nas respectivas áreas de atuação, bem como a entidades de pesquisas.

As organizações interessadas firmam um contrato com o INPI e pagam o preço de custo das cópias (eletrostáticas ou de microformas) fornecidas mensalmente.

Estes documentos mantêm as empresas e institutos de pesquisas informados sobre os mais recentes desenvolvimentos tecnológicos em seus campos de atividade, incentivam novos desenvolvimentos, evitam esforços e aplicação de recursos para a solução de problemas técnicos já resolvidos, indicam a tendência de evolução de certa tecnologia, a emergência de novas tecnologias em determinadas áreas, bem como tecnologias em fase de obsolescência. São também um indicativo dos mercados em que certas tecnologias são aplicadas, conforme os países em que a patente foi requerida. Além disso, informam os reais detentores da tecnologia, o que facilita contratações, evitando-se intermediários.

O PROFINT vem tendo uma aceitação e procura cada vez maior, como revelam a Tabela abaixo e a Fig. 16, adiante:

4.2. Promoção ao Patenteamento - PROMOPAT

Por este Programa, iniciado efetivamente em 1988, empresas de porte e institutos de pesquisas, recebem a visita de técnicos da área de patentes do INPI, os quais permanecem vários dias na organização, verificando quais as suas inovações e desenvolvimentos que são suscetíveis de patenteamento.

TABELA XIV

PROFINT - NÚMERO DE USUÁRIOS E DE CÓPIAS FORNECIDAS

1985 - 1988

PARTICIPANTES COPIAS	ANO	1985	1986	1987	1988
No.de participantes		25	73	118	133
No. de copias		28.674	119.007	187.522	230.595

Fonte: INPI/CEDIN

Ao mesmo tempo orientam as organizações interessadas em criarem em suas estruturas um setor de patentes, ou, em sentido mais amplo, de propriedade industrial.

O Programa se desenvolve em três fases junto a cada entidade interessada. A primeira fase consiste em uma palestra inicial para o pessoal com funções diretivas nas entidades que tenham manifestado interesse pelo Programa. A segunda fase compreende assessoramento técnico às entidades motivadas pela primeira, por meio de membros qualificados do INPI em estágios de duração variável dentro da entidade. A terceira e última fase cuida do desenvolvimento de um setor ou departamento específico de propriedade industrial na estrutura da entidade assistida.

Até o final de 1988, 7 empresas e 3 institutos estavam conveniados com o INPI e já tinham sido submetidos à primeira fase. Dentre estas entidades, 6 tinham passado pela segunda fase e 2 pela terceira. Neste trabalho foram envolvidos 21 técnicos do INPI em 34 atuações, atendendo a 364 profissionais das entidades.

Junto às organizações assistidas, os técnicos do INPI identificaram 189 criações ou inovações passíveis de patenteamento.

Além das 10 entidades que já assinaram contrato com o INPI, 24 outras manifestaram especial interesse pelo Programa, sendo: 19 empresas, um grupo representando 30 outras empresas, 3 universidades e uma entidade de classe.

4.3. Acompanhamento da Evolução Técnica na Indústria - PROATEC

É um programa que, através do estudo da documentação de patentes, determina a evolução em áreas tecnológicas relevantes para a economia do País, sendo assim um indicativo da tendência do seu desenvolvimento. Neste sentido constitui-se em um alerta para o setor produtivo e órgãos governamentais, permitindo melhor planejamento de pesquisa e de investimentos.

O PROATEC publicou quatro estudos, compreendendo setores de "Mensuração e Instrumentação Científica", "Circuitos Integrados", "Teares para Tecidos Planos" e "Máquinas e Equipamentos para Manufatura de Calçados a Couro, Tecido ou Similar".

Está em andamento a elaboração de estudos sobre "Distribuição Mundial de Documentos de Patentes em Áreas Tecnológicas", "Nióbio" e "Telecomunicações".

Além destes, destaca-se uma pesquisa, já em fase final, sobre sistemas digitais em satélites e suas correspondências com o sistema de informações tecnológicas contidas em patentes. Este

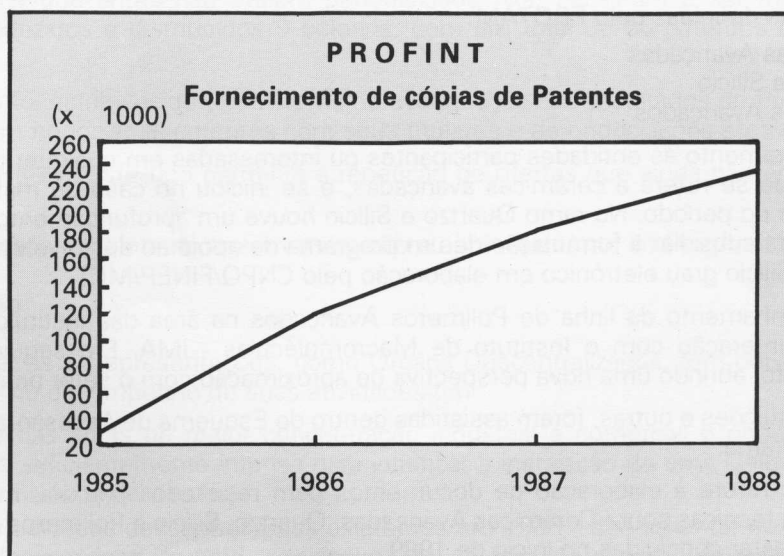


FIG. 16

estudo analisa o processo de construção dos modernos satélites de comunicação, o funcionamento da recepção das informações terrestres e o envio para as fontes de captação. Enfatiza, entretanto, os aspectos micro-eletrônicos dos mesmos, fazendo as referências pertinentes com a documentação de patentes contidas no Centro de Documentação e Informação Tecnológica - CEDIN, do INPI.

O PROATEC vincula-se ao Núcleo de Estudos (ver adiante).

4.4. Tecnologias Avançadas: Materiais - PROTAM

O programa foi instituído formalmente em outubro de 1988, embora, já estivesse estruturado a nível de concepção desde abril de 1987. O primeiro ano de implantação da metodologia proposta é, pois, 1988.

Objetivando o contínuo acompanhamento das inovações na área de materiais com o intuito de auxiliar as instituições, centros de pesquisas e o setor produtivo no desenvolvimento de tecnologias próprias, o programa intensificou suas atividades nas seguintes áreas:

- 1 - identificação das necessidades das instituições de ensino e pesquisa e do setor produtivo;
- 2 - planejamento do esquema de consultoria e assessoramento dentro das atividades-fim e programas especiais do INPI adequados a cada instituição/empresa contatadas;
- 3 - elaboração de estudos que possam auxiliar as comunidades científica e empresarial na tomada de decisões sobre questões tecnológicas.

O PROTAM visa atingir todos os segmentos empenhados na promoção do desenvolvimento tecnológico, numa busca de integração.

As atividades relacionadas com a interação externa do PROTAM se intensificaram junto às entidades já participantes do programa, estendendo-se a novas instituições.

Entre as Universidades cabe destacar a Universidade Federal de São Carlos (DEMA/UFSCar), a Universidade Estadual de São Paulo (IQ/UNESP), a Universidade do Rio de Janeiro (Centro de Tecnologia/CT/UFRJ e Instituto de Macromolécula - IM/UFRJ), a Universidade Federal de São Paulo (USP). O Instituto Nacional de Tecnologia (INT), foi também participante.

Com relação a empresas, destacam-se a Embratel, a Engenho Novo, a Vale do Rio Doce, a ABC-XTAL e a Petroquímica Triunfo.

No que se refere à elaboração dos diagnósticos setoriais, realizaram-se levantamentos sobre o volume de patenteamento a nível internacional nos produtos constantes da matriz de usos dentro das seguintes linhas definidas pelo PROTAM:

- . Cerâmicas Avançadas
- . Quartzo e Silício
- . Polímeros Avançados

O assessoramento às entidades participantes ou interessadas em qualquer dessas linhas teve continuidade no que se refere a cerâmicas avançadas, e se iniciou no caso de materiais poliméricos no último trimestre do período. No ramo Quartzo e Silício houve um aprofundamento do levantamento de informações para subsidiar a formulação de um programa de apoio ao desenvolvimento tecnológico em tecnologia de Silício grau eletrônico em elaboração pelo CNPQ/FINEP/MCT.

O acompanhamento da linha de Polímeros Avançados na área das instituições de pesquisa, se iniciou com a interação com o Instituto de Macromoléculas - IMA. Em seguida estendeu-se à Petroquímica Triunfo, abrindo uma nova perspectiva de aproximação com o setor petroquímico privado.

Essas instituições e outras, foram assistidas dentro do Esquema de Assessoramento Específico proposto pelo programa.

No que se refere à elaboração de documentos com resultados parciais, meta número 3 do PROTAM, as notas técnicas sobre Cerâmicas Avançadas, Quartzo, Silício e Polímeros Avançados, foram iniciadas devendo estar concluídas no início de 1989.

Cabe ressaltar, porém, que várias atividades programadas não puderam ser cumpridas em virtude das restrições a gastos com viagens no País e no exterior, o que reduziu a interação com

entidades nacionais para, por meio de consultas, ajustar as conclusões parciais obtidas a partir dos resultados dos levantamentos efetuados. Pelo mesmo motivo foi prejudicada a elaboração de diagnósticos a nível internacional.

Em linhas gerais, porém, pode-se considerar que a implantação do PROTAM vem cumprindo o objetivo mais abrangente da atual proposta institucional, de demonstrar metodologicamente como os diferentes setores do INPI podem interagir no apoio ao desenvolvimento tecnológico em materiais, voltando-se inclusive para o meio externo.

Todos os setores do INPI deram apoio irrestrito ao programa, cabendo ressaltar a importância do Convênio INPI/IBICT no levantamento de dados e a contribuição do programa no aprimoramento de recursos humanos, através do treinamento de estagiários.

4.5. Incentivo ao Comércio de Tecnologia Nacional Patentada PROCOMTEC

Consiste na divulgação, por meio de boletim específico, das patentes concedidas a titulares nacionais que tenham manifestado interesse nessa divulgação para fins de comercialização, seja através de licença, seja por cessão, "joint ventures" ou outro processo.

O boletim, sob o título "Comércio de Tecnologia Nacional Patentada", compreendendo patentes de invenção, de modelos de utilidade, de modelo industrial e de desenho industrial, contém uma breve descrição do objeto da patente, número da mesma, datas do depósito do pedido e da concessão, prazo de validade, nome do titular, dados para contato com o mesmo e outros esclarecimentos que se fizerem necessários.

Além de ser encaminhado às entidades de classe, a Federações e à Confederação da Indústria, e Associações Comerciais, o boletim é distribuído como encarte na Revista da Propriedade Industrial, procurando-se desta forma a mais ampla circulação possível entre o empresariado.

Por outro lado, os titulares de patentes nacionais passaram a receber comunicação direta do INPI, alertando-os para o Programa.

Ao promover a aproximação entre titulares de patentes nacionais e empresários, o INPI contribuiu para o aumento do potencial de aplicação industrial e de comercialização de tecnologias brasileiras.

Acresce, ainda, que o Programa de Incentivo ao Comércio de Tecnologia Nacional Patentada, favorecendo o encontro de soluções locais para problemas técnicos, pode reduzir a procura de soluções no exterior e contribuir para o esforço no sentido da substituição de importação de tecnologia.

Os boletins que antes não tinham periodicidade fixa, passaram a ser mensais. Até o final do ano foram produzidos e distribuídos 9 boletins, com um total de 55 patentes nacionais ofertadas para negociação.

Ainda não foi estabelecido um sistema de averiguação dos resultados do Programa em termos de interessados em negociar as patentes com seus titulares e de negociações efetivamente realizadas.

Um dispositivo deste tipo permitirá a repetição de ofertas que ainda não encontraram interessados.

Esta é a etapa seguinte no desenvolvimento e aprimoramento do Programa.

4.6. Interiorização

As Delegacias e Representações, como Órgãos Descentralizados, têm por função representar o INPI e participar no desempenho de suas atividades-fim.

Situam-se nas áreas de maior concentração industrial e comercial e onde a demanda pelos serviços do INPI é suficientemente intensa para justificar a instalação de uma Delegacia ou Representação, conforme o nível da demanda.

Dentre as unidades descentralizadas existentes em 1988, cabe salientar que grande proporção (cerca de 60%) dos serviços do INPI, principalmente na área de marcas, solicitados por residentes no Brasil são provenientes dos Estados, através das Delegacias e Representações, destacando-se as de São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná e Minas Gerais, conforme indicado pela Tabela XV, abaixo:

TABELA XV

RESUMO DO MOVIMENTO DAS UNIDADES DESCENTRALIZADAS

UNIDADES	PEDIDOS RECEBIDOS		PETIÇÕES
	MARCAS	PATENTES	
Delegacia de S.Paulo	30.038	3.388	69.040
Delegacia do R.G.do Sul	2.956	558	6.198
Represent.do Paraná	1.776	265	2.639
Represent.de Minas Gerais	1.674	250	2.124
TOTAIS	36.444	4.461	80.001
Percentuais sobre o total de depósitos de residentes em 1988	58,4%	66,2%	-

Fonte: INPI/ACS.

A estes órgãos descentralizados cabe atender o usuário local e das comunidades circunvizinhas, desobrigando-os de longos deslocamentos até a sede do INPI, no Rio de Janeiro para tratar de assuntos de seu interesse. Com isto evita-se para eles grande perda de tempo e consideráveis despesas.

As Delegacias e Representações têm a função de receber pedidos de privilégio, de registro de marcas, de averbação de contratos e consultas prévias na área de transferência de tecnologia, de informações tecnológicas e de cópias de documentos, além de petições em geral, assegurando a autenticidade desses pedidos pela data e número de protocolo, o que garante ao usuário a entrada no INPI de um documento em tempo hábil. Neste sentido atuam como Recepções e Protocolos avançados do INPI, aliviando a carga de trabalho da Recepção central, na sede do órgão.

Além disso, informam e instruem os interessados sobre os serviços oferecidos e seus benefícios, bem como seus direitos e obrigações.

Atualmente o INPI conta com três Delegacias, situadas em Brasília, São Paulo e Rio Grande do Sul, além de Representações em Curitiba e Belo Horizonte.

Em razão da insuficiência de órgãos regionais, foi acordado com as Secretarias de Indústria e de Comércio, nos Estados onde não há Delegacias, o desempenho dessas atividades descentralizadas do INPI. Destes entendimentos resultaram núcleos representativos do INPI nas seguintes capitais: Campo Grande, Aracajú, Florianópolis, Natal, Teresina, Recife, João Pessoa, Cuiabá, São Luiz, Goiânia, Vitória, Fortaleza, Maceió, Salvador, Manaus, Belém e Porto Velho.

5. ASSISTÊNCIA DIRETA À PRESIDÊNCIA

5.1. COORDENADORIA DE INTERCÂMBIO E ASSUNTOS INTERNACIONAIS - CINAI

A questão da Propriedade Industrial, no contexto das relações internacionais, tornou-se acentuadamente polêmica diante do contencioso Brasil/Estados Unidos no que se refere à patente farmacêutica e à reserva de mercado no setor da informática.

Como um dos instrumentos do desenvolvimento tecnológico e industrial do País, o INPI tem particular interesse nessas questões, que são de grande profundidade, não se limitando apenas às relações econômicas e comerciais com os Estados Unidos e algumas outras nações da Europa e da Ásia, mas que se estendem a numerosos outros países. Desta forma, é fundamental a participação do INPI em foros internacionais, particularmente na Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) e nas reuniões do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), responsáveis respectivamente pela regulamentação, em nível internacional, da propriedade intelectual e do comércio.

As transformações de natureza estrutural em curso na economia mundial, consequentes à Terceira Revolução Industrial centrada na evolução das novas tecnologias, em que se destacam a biotecnologia, a microeletrônica, os novos materiais e outras, tem levado os países mais avançados industrialmente a propor uma série de novas medidas de proteção à inovação tecnológica e ao comércio de produtos e serviços.

Estas propostas se concentram, no âmbito da OMPI, na formulação de tratados específicos, "sui generis", para proteção das criações relacionadas às novas tecnologias, fora do sistema tradicional consubstanciado na Convenção de Paris, e, no âmbito do GATT, em códigos mais rígidos de proteção ao comércio.

Além disso, os países industrializados, atuando diretamente pela via bilateral, procuram reformular legislações nacionais sobre propriedade industrial, em especial dos países do Terceiro Mundo, para torná-las mais adequadas a seus interesses de mercado.

O Brasil, e outros países do Terceiro Mundo, que há pouco menos de uma década centravam suas reivindicações no sentido de elaborar normas mais favoráveis à Transferência de Tecnologia, visando a aceleração de seu próprio desenvolvimento industrial, vêem, hoje, com apreensão, cada vez mais fora de seu alcance, a nova onda de modernização tecnológica que atinge a economia mundial privilegiando a formação de grandes blocos econômicos e de novas potências comerciais, além da emergência dos chamados novos países industrializados, tornando obsoleto seu atual modelo de industrialização.

Tais mudanças, alterando as regras da cooperação e do comércio internacional, exigem a definição de novas estratégias no contexto da política externa, tendo em vista a sobrevivência econômica, notadamente entre países menos desenvolvidos.

Foi esta a perspectiva que marcou, embora a nível setorial, a atuação da área internacional do INPI no ano de 1988: o esboço e a implementação de uma nova estratégia do órgão nas esferas bi e multilaterais, nas áreas de sua competência.

As linhas principais desta estratégia estão condicionadas aos objetivos maiores da política externa brasileira, que abrange outras questões de grande relevância para o País às quais devem ser ajustadas as metas da Propriedade Industrial.

Assim, o INPI veio estreitando sua colaboração com o Ministério das Relações Exteriores (MRE), no sentido de integrar com o Itamaraty sua atuação externa. Além disso, manteve estreito contato com outras entidades governamentais e privadas interessadas na política externa conduzida pelo MRE, assegurando desta forma a perfeita harmonia de sua atuação externa com os interesses do País.

A partir de 1988 foi dada maior ênfase à cooperação com a Europa Ocidental, em particular com a Comunidade Econômica Européia, o que resultou na assinatura de um acordo com a CEE,

além da intensificação da cooperação com países como a Alemanha, a França e a Espanha, e com o Escritório Europeu de Patentes (EPO).

Com este objetivo, o INPI, através da sua Coordenadoria de Intercâmbio e Assuntos Internacionais, realizou em 1988 uma série de contatos diretos com órgãos de patentes europeus, com grandes empresas voltadas para as diferentes áreas das novas tecnologias e com altas instâncias da Comunidade Européia, identificando assim os esquemas inovadores, tanto de governos quanto de empresas, que visam novas políticas industriais tornadas imperativas diante da nova ordem econômica mundial. Foram identificados, também, projetos setoriais específicos que poderiam interessar futuros investimentos e transferência de tecnologia para o País.

Os resultados de tais contatos foi a confirmação do amplo leque de opções e a diversidade de interesses oferecidos pela Europa em matéria de propriedade industrial e desenvolvimento tecnológico e que confirmam a necessidade de uma nova estratégia para o Brasil, abrangendo eventuais parcerias com países europeus em torno de interesses específicos no terreno da cooperação bi e multilateral.

No que se refere especificamente à América Latina, cabe destacar a intensificação da participação do INPI junto ao Sistema Econômico Latino-Americano (SELA).

5.2. COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO

5.2.1. Orçamento

A Coordenadoria de Planejamento - CPLAN, realizou duas reformulações do Orçamento do INPI para 1988, ajustando-o à conjuntura da economia e aos novos programas e a novas fontes de recursos, de maneira a adequar o comportamento da receita às despesas de pessoal, custeio e investimento.

As alterações orçamentárias devidas ao aspecto programático resultaram da criação dos programas "Estudos da Tecnologia de Novos Materiais" (que vem a ser o "Programa de Tecnologias Avançadas - Materiais, PROTAM) e a implantação do "Núcleo de Estudos".

Com relação às novas fontes de recursos, foram criadas as retribuições pelo Registro de Programas de Computador e pela Assistência Técnica a Empresas e Institutos, prestada por técnicos do INPI (o PROMOPAT, já referido).

Simultaneamente, manteve um rígido controle prévio das despesas, enquadrando as solicitações dos diversos setores da Autarquia à programação e às metas estabelecidas previamente.

O comportamento da receita e da despesa encontram-se explicitados neste Relatório no capítulo referente às Áreas Meio, Departamento de Finanças - DEFIN.

5.2.2. Modernização Administrativa

Dentre as atribuições da CPLAN, destaca-se a de planejar e implantar a racionalização e modernização das atividades dos diversos setores do INPI, em coordenação com os projetos de informatização do órgão, que se situam entre os principais princípios básicos que orientaram a atuação do INPI, mencionados anteriormente.

Os estudos e projetos de modernização ficaram a cargo do setor de Organização & Método da CPLAN, que abordou as seguintes áreas, em conjunto com representantes das mesmas.

Diretoria de Patentes

- Reestruturação da Divisão de Apoio (DIATEP)
- Elaboração de projeto de microfilmagem dos pedidos arquivados, indeferidos e das patentes extintas.
- Elaboração da minuta do Manual de Exame Formal Preliminar, em fase de aprovação.
- Início do levantamento das rotinas, arquivos e pessoal nas demais unidades da DIRPA onde se desenvolvem atividades de apoio.

Diretoria de Contratos - DIRCO

- Implantação de procedimentos para microfilmagem de processos.
- Início dos serviços de racionalização da Divisão de Apoio (DIATCO).

além da intensificação da cooperação com países como a Alemanha, a França e a Espanha, e com o Escritório Europeu de Patentes (EPO).

Com este objetivo, o INPI, através da sua Coordenadoria de Intercâmbio e Assuntos Internacionais, realizou em 1988 uma série de contatos diretos com órgãos de patentes europeus, com grandes empresas voltadas para as diferentes áreas das novas tecnologias e com altas instâncias da Comunidade Européia, identificando assim os esquemas inovadores, tanto de governos quanto de empresas, que visam novas políticas industriais tornadas imperativas diante da nova ordem econômica mundial. Foram identificados, também, projetos setoriais específicos que poderiam interessar futuros investimentos e transferência de tecnologia para o País.

Os resultados de tais contatos foi a confirmação do amplo leque de opções e a diversidade de interesses oferecidos pela Europa em matéria de propriedade industrial e desenvolvimento tecnológico e que confirmam a necessidade de uma nova estratégia para o Brasil, abrangendo eventuais parcerias com países europeus em torno de interesses específicos no terreno da cooperação bi e multilateral.

No que se refere especificamente à América Latina, cabe destacar a intensificação da participação do INPI junto ao Sistema Econômico Latino-Americano (SELA).

5.2. COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO

5.2.1. Orçamento

A Coordenadoria de Planejamento - CPLAN, realizou duas reformulações do Orçamento do INPI para 1988, ajustando-o à conjuntura da economia e aos novos programas e a novas fontes de recursos, de maneira a adequar o comportamento da receita às despesas de pessoal, custeio e investimento.

As alterações orçamentárias devidas ao aspecto programático resultaram da criação dos programas "Estudos da Tecnologia de Novos Materiais" (que vem a ser o "Programa de Tecnologias Avançadas - Materiais, PROTAM) e a implantação do "Núcleo de Estudos".

Com relação às novas fontes de recursos, foram criadas as retribuições pelo Registro de Programas de Computador e pela Assistência Técnica a Empresas e Institutos, prestada por técnicos do INPI (o PROMOPAT, já referido).

Simultaneamente, manteve um rígido controle prévio das despesas, enquadrando as solicitações dos diversos setores da Autarquia à programação e às metas estabelecidas previamente.

O comportamento da receita e da despesa encontram-se explicitados neste Relatório no capítulo referente às Áreas Meio, Departamento de Finanças - DEFIN.

5.2.2. Modernização Administrativa

Dentre as atribuições da CPLAN, destaca-se a de planejar e implantar a racionalização e modernização das atividades dos diversos setores do INPI, em coordenação com os projetos de informatização do órgão, que se situam entre os principais princípios básicos que orientaram a atuação do INPI, mencionados anteriormente.

Os estudos e projetos de modernização ficaram a cargo do setor de Organização & Método da CPLAN, que abordou as seguintes áreas, em conjunto com representantes das mesmas.

Diretoria de Patentes

- Reestruturação da Divisão de Apoio (DIATEP)
- Elaboração de projeto de microfilmagem dos pedidos arquivados, indeferidos e das patentes extintas.
- Elaboração da minuta do Manual de Exame Formal Preliminar, em fase de aprovação.
- Início do levantamento das rotinas, arquivos e pessoal nas demais unidades da DIRPA onde se desenvolvem atividades de apoio.

Diretoria de Contratos - DIRCO

- Implantação de procedimentos para microfilmagem de processos.
- Início dos serviços de racionalização da Divisão de Apoio (DIATCO).

Diretoria de Marcas - DIRMA

- Estabelecimento de novos procedimentos administrativos para o processamento do pedido de registro, com implantação prevista para Fevereiro/1989.
- Elaboração de novo "Manual do Usuário", considerando o estabelecido no Ato Normativo no. 094 de 05/12/88.
- Elaboração do "Manual de Exame Formal" do pedido de registro, com implantação prevista para Fevereiro/1989.
- Iniciado o "Manual de Exame Técnico".
- Apoio na atualização e reorganização dos arquivos de Pedidos em Andamento e de Registros em Vigor.
- Apresentação de proposta para reorganização do Arquivo de Buscas.
- Apoio na organização e regresso do arquivo de Registros Extintos, transferido de área externa, onde esteve localizado temporariamente, para recinto na sede do INPI.

Registro de Programas de Computador

O setor de O & M coordenou os trabalhos do grupo incumbido de elaborar normas e organizar os serviços necessários ao registro de programas de computador, compreendendo:

- Minuta de Ato Normativo, estabelecendo normas gerais.
- Modelo de formulários e envelope.
- Definição das atividades, recursos materiais e humanos, bem como a localização física do Órgão responsável.
- Tipos de arquivo, sua organização e temporalidade dos documentos.
- Elaboração do Manual Usuário.
- Proposta da Tabela de Retribuições.

5.2.3. Nova estrutura do INPI

A CPLAN, através do setor de O & M, colaborou com a Assessoria da Presidência na elaboração da nova estrutura do INPI, encaminhada ao MIC e à SEDAP.

5.3. AUDITORIA INTERNA

Criada em 1985, tem por objetivo observar o cumprimento da legislação em vigor das resoluções exaradas pela Presidência do INPI, bem como das metas estabelecidas para o exercício de 1988.

Ficou estabelecida, também, a obrigatoriedade de auditoria prévia em todos os contratos feitos pelo INPI, de maneira a adequá-los aos preceitos legais vigentes.

Os trabalhos desenvolvidos em 1988 abrangeram toda a programação traçada, tanto do ponto de vista técnico quanto operacional, dos segmentos auditados.

Paralelamente, deu-se prosseguimento aos exames de praxe, realizados em quase todos os processos relativos à aquisição de material, serviços de terceiros, pagamento de pessoal, passagens e diárias, acrescentando-se a revisão e numeração dos instrumentos legais firmados pelo órgão, com a finalidade de analisar seus aspectos legais, processuais e orçamentários.

Desta forma, propiciou-se aos setores auditados as orientações sobre os procedimentos necessários ao encaminhamento correto das ações administrativo/operacionais.

O quadro abaixo resume as atividades da Auditoria Interna:

Departamentos auditados	08
Auditagens realizadas	12
Relatórios expedidos	07
Outros relatórios/Programação, etc	03
Processos examinados	1.684
Contratos, Convênios, Acordos, Ajustes, Termos Aditivos, etc	164

5.4. NÚCLEO DE ESTUDOS DE POLÍTICA INDUSTRIAL E DE COMÉRCIO DE TECNOLOGIA - NÚCLEO

O Núcleo de Estudos, instituído em outubro de 1987, tem por objetivo realizar levantamentos, pesquisas, análises e diagnósticos sobre aspectos tecnológicos e econômicos dos setores industrial e comercial, bem como do comércio de tecnologia e suas implicações no contexto do sistema de propriedade industrial e intelectual.

Dentre os trabalhos programados pelo Núcleo para 1988 foram concluídos quatro estudos para o Sistema Econômico Latino-Americano - SELA, sob os títulos: "Patente Latino-Americana", "Harmonização das Normas da Propriedade Industrial para a América Latina", "Utilização da Informação Tecnológica Contida na Documentação de Patentes - Colocações Preliminares" e "Novos Materiais - Cerâmica de Alta Resistência e Supercondutores".

Ainda dentro da programação do Núcleo concluiu-se o estudo "Máquinas e Equipamentos para a Fabricação de Calçados", previsto no Programa de Acompanhamento da Evolução Técnica na Indústria - PROATEC, já mencionado anteriormente.

Outros estudos programados pelo Núcleo não foram concluídos, ou nem iniciados, por razões de ordem técnica, escassez de recursos humanos altamente qualificados e dificuldades orçamentárias. Dentre estes destacam-se os estudos sobre "Nióbio", no contexto do PROATEC, a "Incidência de Patentes por Setores de Classificação Internacional de Patentes em Âmbito Mundial", em nove partes (concluída apenas a primeira parte, não publicada), a "Transferência de Tecnologia no Contexto Brasileiro" e a "Utilização da Informação Tecnológica Contida na Documentação de Patentes", desenvolvimento e aprofundamento das "colocações preliminares" preparadas para o SELA.

Pelas mesmas razões deixou de ser dada continuidade ao programa de "Tecnologia Patentada no Brasil: Indicadores da Evolução", do qual foi elaborado e publicado apenas o primeiro número, abordando Mecânica em geral, Química, Física/Eletricidade, Lingotamento Contínuo e Filtros para Cigarros.

No entanto, fora do contexto do Núcleo e de sua programação, diversos estudos de alto interesse foram elaborados por técnicos do órgão e por autores de fora, publicados pelo INPI como avulsos ou no periódico "Panorama da Tecnologia". Dentre esses estudos destacam-se os avulsos: "A Implantação de Leis e Regulamentos sobre Transferência de Tecnologia: A Experiência do Brasil", de Arthur Câmara Cardozo, "Vacinas Contra Virus da Hepatite", de Ana Regina de Holanda Cavalcanti, e "Relação entre o Aproveitamento Industrial do Quartzo e Aspectos de Propriedade Industrial e Transferência de Tecnologia", de Dora C.S. Rodrigues, para o I Encontro Estadual sobre Novos Materiais.

No periódico "Panorama da Tecnologia" foram publicados vários artigos de Murillo F. Cruz, Embaixador Amaury Porto de Oliveira e outros, abordando temas como as novas tendências do sistema de propriedade intelectual, o extraordinário desenvolvimento industrial em regiões asiáticas, a nova ordem econômica mundial, a terceira revolução tecnológica, a nova política industrial brasileira e outros de relevante interesse.

5.5. ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (ACS)

A Assessoria de Comunicação Social, além das suas atividades de rotina, foi responsável pela coordenação do principal evento que marcou a passagem do 18º aniversário do INPI: a conferência internacional "Tecnologia: rumo ao século XXI". A conferência, que contou com a participação de altos dirigentes de governos estrangeiros e empresas públicas e privadas, foi uma promoção conjunta do INPI e da Confederação Nacional das Associações Comerciais do Brasil.

A importância do evento, que colocou na pauta da reunião o debate sobre a estratégia a ser seguida para a inserção do país no mundo tecnológico do próximo século, pode ser avaliada pela edição especial do "Panorama da Tecnologia", contendo as principais conferências apresentadas.

A divulgação externa do Instituto - hoje com nova imagem diante da opinião pública e dos seus usuários - foi consolidada em 1988. O Instituto passou a ser identificado como um dos principais instrumentos governamentais de prospecção tecnológica, de apoio ao desenvolvimento da tecnologia nacional e de formulação de políticas nas áreas industrial e tecnológica.

A ACS se concentrou também na intensificação do trabalho de divulgação da propriedade indus-

trial fora do eixo Rio-São Paulo-Belo Horizonte, apoiando diretamente as delegacias e representações. Durante o ano, foram enviados, entre comunicados, livretos, cartazes e prospectos publicitários cerca de 30 mil unidades. Todas elas confeccionadas sob a coordenação da Assessoria de Comunicação Social.

A revista "Panorama da Tecnologia", edição trimestral contendo artigos sobre temas relacionados a tecnologia e política industrial, foi consolidada, transformando-se num importante veículo de debates sobre temas de interesse estratégico do governo e do empresariado nacional.

Na área de comunicação interna, o boletim interno - o BINPI - se tornou veículo de leitura obrigatória de todos, fortalecendo os canais de comunicação entre a administração e os funcionários.

RESULTADO DOCUMENTÁRIO EM 1988

TABELA XVIII
 RECEITA EM OTN

Descrição	1987	1988
Receita de Serviços	1.100.000	1.200.000
Receita de Produtos	2.500.000	2.600.000
Receita de Licenças	1.500.000	1.600.000
Receita de Taxas	1.000.000	1.100.000
Receita de Outros	500.000	500.000
Total	6.600.000	7.000.000

Obs: Receita em OTN (Ouro Tomado Nacional) - Unidade Monetária Nacional.

6. ATUAÇÃO DAS ÁREAS-MEIO

6.1. Departamento de Finanças

Responsável pela administração dos recursos financeiros do órgão, dentro do Orçamento-Programa e suas reformulações elaborados pela Coordenadoria de Planejamento - CPLAN, em observância à política traçada pela alta administração, o Departamento de Finanças - DEFIN, pautou sua atuação por um rígido controle da receita e pagamentos.

A receita provém dos serviços prestados a seus usuários, de aplicações de saldos disponíveis e de outras fontes menores.

A despesa compreende três itens principais: Pessoal, Custeio e Investimentos.

A receita, durante o exercício de 1988, manteve-se em constante crescimento em virtude do aumento da demanda de serviços do órgão, cujos custos foram adequadamente atualizados, e da aplicação dos saldos em LTN. Este item da receita foi bastante superior ao previsto no Orçamento, representando 12,4% do total, de forma que a diferença a menor entre a receita total prevista e a efetivamente realizada foi de apenas 3,8%, quando nos anos anteriores vinha sendo de 14% em média.

Cabe observar que nos meses de julho e outubro de 1988 a receita de serviços foi sensivelmente prejudicada em consequência de diversas paralizações do único agente arrecadador do INPI (o Banco do Brasil S.A.). Para evitar que isto torne a ocorrer, o INPI está providenciando a descentralização do sistema de arrecadação mediante convênio com mais um banco.

Por outro lado, contribuiu também para que a receita efetiva ficasse abaixo da prevista, a mudança do índice dos custos dos serviços, expressos em OTN's, para índices de correção inferiores, bem como a redução de 50% nos preços de determinados serviços, em benefício de pessoas físicas, e micro e pequenas empresas.

Não obstante, o desempenho financeiro em 1988 foi plenamente satisfatório e superior ao de 1987.

Como normalmente ocorre, a receita de serviços é baixa nos primeiros meses do ano, tornando o primeiro trimestre deficitário. Este déficit é coberto com o saldo do exercício anterior, que garante o pagamento prioritário dos salários dos servidores e dos seus benefícios, como auxílio-alimentação, vale-transporte, assistência médica e outros, além de assegurar as despesas de custeio. Assim, a despesa de investimentos em 1988 foi contida nos nove primeiros meses do ano, sendo aplicada basicamente no último trimestre.

As Tabelas a seguir demonstram a receita em 1987 e 1988, convertida em OTN's, e o desempenho da receita e da despesa no exercício de 1988.

TABELA XVI

RECEITA EM OTN's

RECEITAS	1987	%	1988	%	△ %
Receita de serviços	1.165.870	81,5	2.107.977	81,9	80,80
Receita Financeira	264.129	18,5	466.405	18,1	76,58
TOTAL	1.429.999	100,0	2.574.382	100,0	80,02

Obs: Receitas convertidas em OTN's mês a mês.

TABELA XVII

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO EM 1988

	NCZ\$	%
Receita Arrecadada	5.958.006	100,0
Despesa Empenhada	(4.992.176)	83,8
Saldo de Orçamento	965.830	16,2

O saldo orçamentário indicado nesta Tabela complementa as despesas de custeio e de pessoal no primeiro trimestre do ano seguinte, que normalmente é deficitário, conforme indicado anteriormente.

A despesa de pessoal, compreendendo vencimentos, obrigações patrimoniais, assistência médica, treinamento e outros benefícios, representou 47% da receita total.

Pela Tabela XVIII verifica-se que na composição da receita o setor de marcas é a área de maior arrecadação.

TABELA XVIII

COMPOSIÇÃO DA RECEITA

NCZ\$ MIL

RECEITAS	NCZ\$	%
1. Receita de Serviços	4.512	75,7
Marcas	3.127	52,5
Patentes	1.160	19,4
Outros	225	3,8
2. Receita Patrimonial	1.435	24,1
Juros de Aplicações	1.434	24,1
Outras	1	-
3. Saldo do exercício anterior	11	0,2
TOTAL	5.958	100,0

6.2. Departamento de Pessoal

A atuação do Departamento de Pessoal - DEPES, além das atividades de rotina que lhe são inerentes, pautou-se por três linhas básicas de conduta.

6.2.1: Em fins de 1987 foi feita uma consulta a todos os servidores do INPI, dentro do Programa de Ação Integrada - PAIAT, já mencionado na parte inicial deste Relatório - Princípios Básicos. Nessa ocasião foram colocadas várias questões, referentes a maior assistência ao servidor. O INPI considerou essas colocações, tomando medidas que proporcionassem maior apoio ao funcionário, observando a legislação do serviço público e as normas internas do próprio órgão.

Neste sentido, foi reformulada e ampliada a assistência médica, incluindo-se a odontológica, além de se prestar maior assistência social. Foi ampliada a educação pré-escolar, o vale transporte e o "ticket" alimentação, que acompanhou o custo de vida, sendo seu valor nominal aumentado de 645% em 1988.

Ainda dentro das colocações dos servidores e através de setor especializado do Departamento de Administração, foi proporcionado maior conforto e segurança no trabalho, por meio de obras de grande vulto na sede do INPI, indicadas adiante.

6.2.2. Aprimoramento profissional do corpo de funcionários, através de treinamentos específicos, tanto para nível superior quanto médio. No exercício de 1988, em 64 eventos, foi proporcionado treinamento a 273 servidores no País. Para o exterior foram enviados 13 servidores, totalizando 286 funcionários do INPI a receberem treinamento especializado, tendo em vista sua atualização profissional.

O Desenvolvimento de Recursos Humanos é um dos princípios básicos da atuação do INPI e vem evoluindo nos últimos anos, conforme demonstrado na Tabela abaixo.

TABELA XIX**TREINAMENTO DE SERVIDORES DO INPI**

TREINANDOS EXERCÍCIOS	LOCAL	EXTERIOR	TOTAL
1985	176	2	178
1986	277	4	281
1987	184	5	189
1988	273	13	286

6.2.3. O crescimento dos salários e sua compatibilização com as funções exercidas pelos servidores, foi uma preocupação constante do INPI, sujeita às disposições do serviço público federal a respeito.

Tendo-se a OTN como índice e tomando-se a média anual dos salários do INPI, observa-se o seguinte crescimento salarial de 1979 a 1988.

ANO	SAL.MÉDIO
1979	33,70
1980	31,70
1981	28,53
1982	29,74
1983	37,73
1984	36,99
1985	47,08
1986	63,28
1987	71,77
1988	100,05

Este crescimento, sendo realista, permitiu ao INPI manter suas equipes técnicas e adminis-

trativas, evitando-se uma constante rotação da mão de obra diante das ofertas do mercado de trabalho, com o conseqüente alto custo representado pelo treinamento de novos servidores inexperientes.

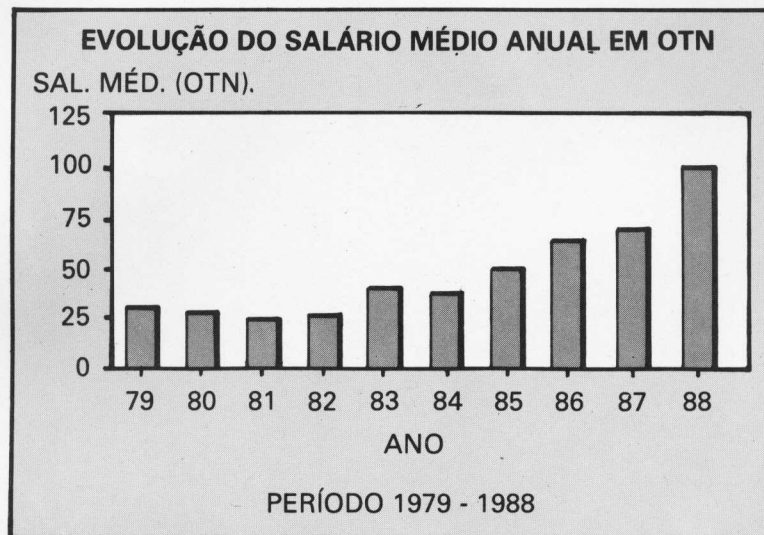


FIG. 17

6.3. Departamento de Administração

O Departamento de Administração - DEPAD, inicialmente, concentrou suas atividades na correção de distorções em sua área de atuação, que vinham se acumulando no decorrer dos últimos anos, prejudicando o fornecimento de materiais e a prestação de serviços aos demais setores do INPI.

A estratégia adotada apoiou-se em três princípios básicos:

- planejamento da demanda de materiais/serviços necessários a todos os órgãos do INPI;
- sua compatibilização com o aporte de recursos orçamentários;
- melhoria do controle administrativo dos contratos de prestação de serviços, especialmente os de manutenção.

Simultaneamente e em decorrência dessa estratégia, alcançou-se um estreitamento maior com os demais setores e um relacionamento mais harmônico e produtivo com os mesmos.

Com a implantação de um programa orçamentário específico para as Delegacias e Representações do INPI nos Estados da Federação e o conseqüente planejamento e acompanhamento sistemático de suas necessidades, foi-lhes proporcionado apoio mais efetivo, o que se constituirá em fator decisivo para a melhoria do atendimento dos usuários no interior do País.

Cabe destacar, ainda, a instalação de uma Coordenadoria de Engenharia e Arquitetura, com o objetivo de separar das atividades de Serviços Gerais os projetos de obras de modernização da sede do órgão. O resultado foi a extraordinária recuperação e melhoramento do edifício, compreendendo, na área de segurança, a troca dos transformadores refrigerados a óleo ASKAREL, a instalação de escadas externas para escape em caso de incêndio, a instalação de alarmes de incêndio em todos os andares e a elaboração do projeto de remanejamento das instalações elétricas da baixa tensão cuja execução está programada para 1989.

Cabe assinalar, também, as obras de melhoria das instalações físicas de vários andares, proporcionando aos funcionários melhores condições de trabalho e aos usuários maior conforto.